

DEBORA MARGARET NOGOCEK
MÔNICA APARECIDA BORTOLOTTI
ALMIR CLÉYDISON JOAQUIM DA
MARICLÉIA APARECIDA LEITE NOVAK

CONTABILIDADE SOCIAL

**CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
MAIOR VALOR ADICIONADO
BRUTO NO SETOR PRIMÁRIO**



**CONTABILIDADE SOCIAL:
CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO
NO SETOR PRIMÁRIO**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Me. Éfrem Colombo Vasconcelos Ribeiro-IFPA

Prof. Me. Jorge Carlos Silva-ULBRA

“Acreditamos que um mundo melhor se faz com a difusão do conhecimento científico”.

Equipe Home Editora

Debora Margaret Nogocek
Mônica Aparecida Bortolotti
Almir Cléydison Joaquim Da
Maricléia Aparecida Leite Novak

**CONTABILIDADE SOCIAL:
CARACTERIZAÇÃO
SOCIOECONÔMICA DOS
MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM
MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO
NO SETOR PRIMÁRIO**

1ª Edição

Belém-PA
Home Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by Home Editora

© 2024 Texto
by Autor

Todos os direitos reservados

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
91988165332
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista
Campos, Belém - PA, 66045-315

Editor-Chefe

Prof. Dr. Ednilson Ramalho

Projeto gráfico

homeeditora.com

Revisão, diagramação e capa

Autor

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

CRB-8/009166

Produtor editorial

Laiane Borges

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)



C759

Contabilidade social: caracterização socioeconômica dos municípios do Paraná com maior valor adicionado bruto no setor primário / Debora Margaret Nogocek *et al.* – Belém: Home, 2024.

Outros autores

Mônica Aparecida Bortolotti

Almir Cléydison Joaquim Da

Maricléia Aparecida Leite Novak

Livro em PDF

56p.

ISBN: 978-65-85712-84-2

DOI: 10.46898/home.1f370805-00b0-43b9-80cd-4b7ea1239f1e

1. Contabilidade social. I. Nogocek, Debora Margaret *et al.* II. Título.

CDD 300

Índice para catálogo sistemático

I. Ciências Sociais.

RESUMO

Ao longo dos anos, o Paraná passou por diversas mudanças estruturais na cadeia produtiva, repercutindo efeitos na dinâmica social, econômica e espacial dos municípios. Dentre estas mudanças, destacam-se a modernização do agronegócio, expansão de unidades agroindustriais e a implementação de inovação tecnológica em vários segmentos – a exemplo da agricultura, agropecuária, saúde, educação, garantindo bom desempenho. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo verificar se existe alguma relação entre os resultados da contabilidade social e variáveis de desenvolvimento dos municípios do Paraná que apresentam maior Valor Adicionado Bruto no setor primário, considerando os resultados de 2018. Este recorte analítico resultou em 33 municípios incorporados na pesquisa. A pesquisa se vale de uma abordagem quali e quantitativa, com a utilização de dados do Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado (VA) municipal e do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), para o período de 2010 a 2018, procurando desagregar as análises para os extratos de desenvolvimento nos aspectos de educação, saúde, renda, produção e emprego. Os resultados indicam a representatividade da participação percentual dos municípios analisados na composição do PIB do Paraná. Reitera-se o crescimento do valor da produção agropecuária e a importância deste setor para a economia paranaense. Da mesma forma, as dimensões e resultados do IPDM caracterizam desenvolvimento dos municípios e salientam as complexas alterações estruturais, culturais e econômicas no referido período. De maneira geral, esta pesquisa contribui fundamentalmente com os estudos na temática de contabilidade social, especialmente ao preencher uma lacuna de análises com o recorte analítico definido.

Palavras-chave: Contabilidade Social; Produto Interno Bruto (PIB); Valor Adicionado Bruto do setor primário; Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal; Paraná.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 Objetivos	6
1.1.1 Objetivo geral	6
1.1.2 Objetivos específicos	6
1.2 Justificativa	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	9
2.1 Crescimento e desenvolvimento: principais aspectos de distinção e complementariedade	9
2.2 Contabilidade Social e o Sistemas de Contas Nacional	12
2.2.1 Sistema de Contas Nacional (SCN)	14
2.3 Produto Interno Bruto (PIB) e óticas de análise	17
2.3.1 PIB pela ótica da Despesa	19
2.3.2 PIB pela ótica da Renda.....	19
2.3.3 PIB pela ótica da Produção.....	20
2.3.4 PIB a preços correntes e per capita	21
2.4 Aspectos de desenvolvimento e sua mensuração: o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM)	22
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
3.1 Pesquisa descritiva	25
3.2 Pesquisa bibliográfica e documental	25
3.3 População e amostra	26
3.4 Análise quali quantitativa	27
4. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR PRIMÁRIO	29
4.1 Análise do PIB dos municípios paranaenses por maior VAB do setor primário	29
4.2 Análise dos subsetores da agropecuária	35
4.3 Desempenho do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal	39
4.3.1 IPDM Emprego, renda e produção agropecuária	40
4.3.2 IPDM Educação	42
4.3.3 IPDM Saúde	44
4.4 Percepções sobre crescimento econômico e desenvolvimento dos municípios paranaenses com maior VAB primário	46
5. CONCLUSÕES	47
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o Estado do Paraná passou por diferentes mudanças estruturais atreladas às novas configurações na base produtiva paranaense que, por conseguinte, induziram efeitos na dinâmica socioespacial e econômica dos 399 municípios do Estado, sobretudo no agronegócio. Segundo Cavalheiro (2018), o agronegócio constitui-se como um dos setores mais dinâmicos da economia, sendo responsável por uma significativa contribuição para o desempenho e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

O desempenho deste setor primário tem, em geral, superado o crescimento dos demais setores da economia. Neste contexto, o agronegócio tem ganhado cada vez mais importância e atenção no desenvolvimento, criação e formulação de tecnologias para melhoria do sistema de produção, distribuição, manejo e organização dos processos e bases produtivas.

Dentre as principais configurações que ocorreram nas bases produtivas, destacam-se a modernização do setor do agronegócio, expansão das unidades agroindustriais e a implementação de ramos industriais com maior inovação tecnológica. Estes elementos também tem sido determinantes para garantir um bom desempenho na geração de emprego no setor primário no Paraná (VIEIRA FILHO; SILVEIRA, 2012).

A estrutura produtiva do Estado do Paraná se diversificou consideravelmente nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos de 1990 com uma maior distinção dos ciclos primários e intermediários que predominaram no passado. As inovações foram determinantes para colocar o Paraná em situação de destaque no ranking de Estados mais industrializados do Brasil em 2013, com um PIB industrial correspondente a 75,1 bilhões neste mesmo período (FIEP, 2016).

Para Freitas (2016) a economia no Paraná é bastante diversificada, possui parque industrial bem desenvolvido, com serviços que estão ligados ao setor urbano. Entretanto, o seu maior impulso econômico ocorre por meio do setor primário, que contempla o agronegócio. Em termos de desempenho e variação de crescimento, o

setor primário é o maior motor da economia paranaense, compreendendo as atividades de lavoura, pecuária, caça, pesca e extrativismo mineral e vegetal (ALMEIDA *et al.*, 2013).

O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) sistematiza periodicamente dados referentes ao Valor Adicionado Bruto (VAB)¹, a participação e a taxa de crescimento das atividades econômicas no Estado do Paraná. Com base nos dados do VAB das atividades econômicas, o setor agropecuário respondeu a 9,5% do valor adicionado do Estado em 2018 sendo 5% superior ao ano de 2017. O pico de participação da agricultura na composição do VBP ocorreu em 2013, quando o setor foi responsável por 53% da formação da renda agropecuária paranaense. A pecuária apresentou a maior participação em 2018, período em que correspondeu a 47% da renda agropecuária do Estado (IPARDES, 2018). Das atividades do setor primário, a agricultura e a pecuária são as mais representativas para o valor adicionado bruto do Estado. Estas duas atividades tiveram uma participação de 9,0% na composição do PIB paranaense no ano de 2013 (FIEP, 2016).

Na produção florestal, pesca e aquicultura a participação média foi de 0,69%, sendo que a partir de 2012 observou-se o mesmo percentual de participação. Para estas atividades, a taxa de crescimento foi negativa no ano de 2011 e 2012, com uma variação média negativa de 3,9%, mas com desempenho positivo nos anos subsequentes. No ano de 2013, o extrativismo teve uma participação média de 0,17%, a menor de todas as atividades analisadas do setor primário. É importante destacar que o PIB do Paraná equivaleu a 6,3% do PIB nacional no ano de 2018, apresentando um crescimento de 1,2% (IPARDES, 2018).

Neste contexto, verifica-se que as atividades do setor primário possuem uma importância e contribuição significativa para o desenvolvimento do Estado do Paraná. Além disso, as atividades deste setor contribuem significativamente na composição geral do VAB paranaense e para a composição do PIB nacional.

¹ O Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região. O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia (IBGE, 2017, p. 1).

Diante das características econômicas do setor primário do Paraná, a observação de outras variáveis socioeconômicas são fundamentais para compreender aspectos do desenvolvimento dos municípios paranaenses, especialmente dos que apresentam maior valor adicionado bruto. Nesta perspectiva, parte-se da seguinte **problemática de pesquisa**: existe relação entre o desempenho da contabilidade social e o nível de desenvolvimento dos municípios do Paraná que apresentam maior VAB no setor primário?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Verificar se existe alguma relação entre os resultados da Contabilidade Social e variáveis de desenvolvimento dos municípios do Paraná que apresentam maior Valor Adicionado Bruto no setor primário, considerando os resultados de 2018.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Levantar a composição do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios paranaenses com maior VAB, conforme informações do Sistema Contas Nacional (SCN), entre os anos de 2010 e 2018.
- b) Caracterizar o setor primário nos municípios através do levantamento das atividades econômicas, geração de renda e emprego;
- c) Descrever o desempenho do desenvolvimento dos municípios através do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM).
- d) Verificar se os municípios pesquisados apresentam trajetórias de crescimento econômico e desenvolvimento.

1.2 Justificativa

A avaliação quantitativa e o acompanhamento sistemático e contínuo do desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros configuram-se como uma importante tarefa tanto para a administração pública quanto para a sociedade. As informações e estatísticas econômicas sobre o funcionamento da economia fornecem importantes insumos para orientar a tomada de decisões por meio dos *policy markers*, assim como o controle social e acompanhamento dos principais indicadores macroeconômicos por parte da sociedade (QUEIROZ, 2011).

O desenvolvimento econômico é o processo de acumulação de capital, mas também uma mudança estrutural em diversas esferas que leva ao aumento da produtividade e do padrão de qualidade de vida da população (QUEIROZ, 2011).

Conforme as características de cada região há setores da economia com maior destaque na riqueza gerada. Albuquerque e Nicol (1987) afirmam que tradicionalmente, os economistas referem-se ao setor agrícola como tendo certas "funções" que contribuem com o processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

Dá-se também a importância da agricultura para a geração de renda e emprego e as relações comerciais possibilitadas com as demais atividades, através do fornecimento de matéria prima para o desenvolvimento dos demais setores e a constituição de um mercado para os produtos industrializados (ALMEIDA et al, 2013).

Segundo o IPARDES o desempenho do agronegócio patronal e familiar do Brasil e as cadeias produtivas a ele interligadas respondem com cerca de 18% e 9% do PIB total, respectivamente. No triênio 2002-2004, o PIB do agronegócio representou, em média, 45% do PIB Total do Estado do Paraná: dos R\$ 116,5 bilhões obtidos em 2004, cerca de R\$ 52,2 bilhões correspondem à participação deste setor.

A agropecuária paranaense e suas indústrias associadas são importantes também no comércio exterior. As riquezas geradas pela agropecuária movem boa parte dos municípios paranaenses. Contribui de forma significativa para os demais setores da economia e seu desenvolvimento também proporciona melhores condições de vida (IPARDES, 2018).

Dessa forma, a presente investigação se justifica pela importância da análise do desenvolvimento socioeconômico dos municípios com maior VAB do setor primário. Ao analisar os indicadores é possível definir quais características compõem o perfil econômico dos municípios analisados e comparar de forma contributiva para o tema e área pesquisados, bem como verificar a relação com as variáveis do crescimento econômico.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se estruturado em mais quatro capítulos. O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica utilizada para orientar a construção do trabalho. O terceiro capítulo compreende os principais aspectos metodológicos utilizados. O quarto capítulo apresenta uma discussão das análises e resultados encontrados. E por fim, o quinto capítulo apresenta as principais conclusões do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo encontra-se estruturado em quatro seções: i) Crescimento e desenvolvimento: principais aspectos de distinção e complementariedade; ii) Contabilidade social e o sistema de contas nacional; iii) Produto Interno Bruto (PIB) e óticas de análise (renda, despesa e produção); e iv) Aspectos de desenvolvimento e sua mensuração: o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM).

2.1 Crescimento e desenvolvimento: principais aspectos de distinção e complementariedade

Em termos gerais, pode-se destacar que o crescimento e o desenvolvimento apresentam distinções significativas. O conceito de desenvolvimento engloba a dimensão econômica e a esfera social, ocorrendo quando a sociedade transforma as técnicas e os valores. O termo desenvolvimento demonstra progresso e expansão em termos econômicos e sociais, presumindo que o desenvolvimento econômico também guarda relação com o Produto Interno Bruto, a renda pessoal e instrumentos tecnológicos. O crescimento da produtividade de um país depende do acúmulo de capital da incorporação do progresso técnico à produção (PEREIRA, 2016; ALMEIDA, 2018). O desenvolvimento econômico resulta do crescimento econômico, seguido da melhoria de qualidade de vida em uma sociedade, isto é, o aumento do Produto Interno Bruto e a eficácia na alocação de recursos em vários setores da economia, melhorando o desenvolvimento econômico e social da população (PEREIRA, 2017).

Inicialmente, o conceito de desenvolvimento foi compreendido como sinônimo de crescimento econômico. Contudo, devido a uma série de discussões relacionadas às classes sociais, lucro, divisão de trabalho, acumulação, função do Estado, oferta e demanda, dentre outros, o conceito de desenvolvimento ultrapassou as fronteiras da economia e se consolidando como um processo de mudanças socioeconômicas, foco de estudos de várias áreas do conhecimento (ALMEIDA, 2018).

De acordo com Pereira (2016), o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico ligado a formação dos estados-nação ou estados nacionais, com o acúmulo

de capital e a incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que, por conseguinte, ocorrem pelas instituições e pelos mercados competitivos. Neste contexto, o desenvolvimento é um fenômeno relacionado ao surgimento das instituições fundamentais do novo sistema capitalista, os mercados e o Estado. Destaca-se ainda o aumento sustentado da produtividade ou renda por habitante, acompanhado por um processo sistemático de acúmulo de capital. Ao ser iniciado, o desenvolvimento econômico tende a um processo autossustentado no âmbito do sistema capitalista, especialmente pelas instituições e pelos mecanismos de mercado que englobam incentivos para o aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos. Neste contexto, o crescimento da produtividade de um país depende do acúmulo de capital e da incorporação do progresso técnico à produção (PEREIRA, 2016).

Para Souza e Montini (2018) o desenvolvimento econômico inclui indicadores como renda per capita, capacidade de aprendizagem, mão de obra e o acompanhamento das variações tecnológicas nas indústrias, assim como a melhoria da vida das pessoas. Desse modo, observa-se que o desenvolvimento econômico gera mudanças nos níveis culturais e estruturais, alterando a forma de pensar das pessoas.

O desenvolvimento econômico é definido como uma mudança estrutural, uma transformação na relação e nas propriedades internas do sistema econômico. Para Queiroz (2011), a sociedade se caracteriza por um conjunto econômico bastante complexo que evidencia as formas econômicas sociais. Assim, o desenvolvimento econômico ocorre quando há um aumento constante na produtividade do trabalho que assimila a complexa estrutura. A esse respeito, destaca-se que

O desenvolvimento econômico como crescimento econômico gera aumentos positivos no produto acompanhado por melhorias do nível de vida dos habitantes da cidade e por alterações estruturais na economia. O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e é claro, humana e social. O desenvolvimento nada mais é que o crescimento, incrementos positivos no produto e na renda transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, como a saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc. (OLIVEIRA, CARVALHO E SOUZA, 2019, p. 7).

Neste contexto, o desenvolvimento econômico resulta do crescimento econômico, seguido da melhoria da qualidade de vida em uma sociedade, enquanto o aumento do Produto Interno Bruto e a eficácia na colocação de recursos em vários setores da economia, contribui para melhora do desenvolvimento econômico e social da população (PEREIRA, 2017).

2.2 Contabilidade Social e o Sistemas de Contas Nacional

A contabilidade social teve origem na década de 1970, na França. Por muito tempo o usuário da contabilidade era o gestor e proprietário do negócio, elaborando demonstrações contábeis para atender às suas necessidades. Porém, com o crescimento e desenvolvimento das organizações, novos credores surgiram e fizeram parcerias nos negócios, passando a exigir informações contábeis mais apuradas, principalmente, sobre a capacidade financeira da empresa e a honra aos compromissos (SOUZA, AMORIM, 2014). Neste sentido, a Contabilidade Social é um instrumento no qual os economistas mensuram a produção, a poupança, a renda e o investimento de um país ou região. Na ótica de Paulini e Braga (2008), a Contabilidade Social engloba instrumentos que são capazes de mensurar e aferir o movimento da economia de um país. Ou seja, tudo o que foi produzido, quanto foi consumido, quanto foi o investido, quanto foi vendido para o exterior ou foi comprado. Corroborando com essa ideia, Feijó (2003) enfatiza que a Contabilidade Social trata da mensuração da atividade econômica e social, em seus inúmeros aspectos. Em outros termos, corresponde a uma matéria no qual se define e sistematiza as regras para a produção e a organização contínua de informações relevantes.

Com base na literatura especializada, a Contabilidade Social é um conjunto de características de ordem econômica, que são preparadas sistematicamente possibilitando uma visão quantitativa e precisa da economia. É uma síntese contábil dos fatos que compõem as características das atividades econômicas de um país (PEREIRA E NAKANO, 2018)., Seabra (2014) chama atenção que a Contabilidade Social deve dispor de informações confiáveis acerca dos agregados macroeconômicos básicos, como o produto, renda de uma nação, concentração de renda, além de indicadores, tais como as ações obtidas por meio de um sistema de contabilidade social, como o investimento agregado de uma ação ou o consumo que podem ser úteis para o processo de tomada de decisão, especialmente nas empresas multinacionais que podem optar por investir em lugares, onde o mercado cresce com maior celeridade, bem como pelo retorno econômico. Destaca ainda que a Contabilidade Social não trata somente de contabilizar de forma sistemática e precisa

tudo o que é produzido em um país em um dado período de tempo, mas volta-se para indicadores que são produzidos a partir dos agregados macroeconômicos, indicadores de desenvolvimento, distribuição de renda, qualidade de vida e preservação ambiental.

Para Mourão (2008), a identificação de setores que compõem a estrutura de produção da economia nacional e a esquematização das inter-relações que englobam configuram-se como um dos elementos básicos da contabilidade social, seguindo o modelo estabelecido na teoria econômica. É a partir da identificação de setores de produção, dos tipos de atividades econômicas e agentes ativos que se torna praticável a mensuração das transações que se desenrolam no sistema econômico. Além disso, é por meio das transações que se constata e são verificadas os diferentes setores que o compõem.

Cabe ainda destacar que a contabilidade social objetiva analisar e mensurar as transações da economia de países, estados e municípios, especialmente ao quantificar e apresentar uma síntese das informações e suas relações em determinado período de tempo. Sua tarefa consiste em quantificar periodicamente as relações econômicas que se sucedem nos diversos mercados. O termo social aplicado à contabilidade sugere a busca pelos impactos sobre a circulação da riqueza e a sociedade. Ou seja, os efeitos que as relações econômicas proporcionam para a sociedade (MOURÃO, 2008).

A quantificação periódica das atividades econômicas ocorre mediante a construção de esquemas que tem como base: i) método de registro; ii) método de mensuração dos atos econômicos; iii) um sistema conceitual teoricamente referenciado, que possibilite a criação de um método universalmente aceito, para a identificação e classificação dos atos econômicos; e iv) método de classificação de entidades (MOURÃO, 2008).

Vale ressaltar que é com a contabilidade social que os economistas fazem a mensuração da produção, da renda, da poupança e do investimento de um país ou região (REIS, 2017). A Contabilidade Social tem como princípio, assim como a

contabilidade tradicional, que o ativo é igual ao passivo, somado ao patrimônio líquido, tendo a seguinte equação:

$$\text{Produto Nacional (PN)} = \text{Despesa Nacional (DN)} = \text{Renda Nacional (RN)} \quad (1)$$

Na equação acima, tem-se que a Despesa Nacional (DN) corresponde ao valor de todas as despesas que são realizadas pelos agentes consumidores, como empresas e governos estrangeiros na compra de produtos, bens e serviços finais. A Renda Nacional (RN) é a soma de rendimentos que são pagos às famílias, proprietárias dos fatores de produção, pela utilização de seus serviços, em um determinado período. E o Produto Nacional (PN) corresponde ao somatório de toda a produção de bens e serviços em um determinado período e espaço geográfico (REIS, 2017).

Dessa forma, a contabilidade social consiste em um método de avaliação que aborda de forma hierárquica os fatos econômicos, registrando as transações e agrupamentos de dados, sendo classificados de forma sistemática. Na medida em que a contabilidade é social, todo o trabalho de estatísticas e mensurações dos agregados e do fechamento das contas pode servir para as autoridades governamentais tomarem decisões mais assertivas e acompanharem o desempenho da economia (REIS, 2017).

2.1.1 Sistema de Contas Nacional (SCN)

A contabilidade da renda nacional utiliza-se do sistema contábil para montar de forma ordenada e apresentar tudo o que acontece numa economia, expressos em termos de transações dentre as diferentes partes que a compõe. De modo semelhante à contabilidade das empresas, também ocorre os lançamentos na contabilidade nacional (PEREIRA; NAKANO, 2018).

Hallak Neto e Forte (2017) ressaltam que o SCN apresenta de forma detalhada as atividades econômicas que são desenvolvidas em uma economia e sua interação com diferentes agentes que constituem o mercado, propiciando um conhecimento detalhado e buscando atender várias necessidades. Esse sistema compõe um conjunto integrado de contas econômicas, quadros e saldos baseados em conceitos, classificações e normas contábeis, convencionadas internacionalmente.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2021), o SCN busca compartilhar os fluxos entre os agentes que constituem e que caracterizam a atividade econômica, bem como as variações dos estoques ativos e passivos, integrando-os a um esquema contábil que oferece uma representação completa do funcionamento da economia. O SNC evidencia, portanto, os fenômenos essenciais da economia de um país, como a produção, consumo de bens e serviços, geração, distribuição e uso de renda (IBGE, 2021).

As contas nacionais são as principais fontes de estatísticas econômicas acerca do funcionamento da economia. A estatística mais importante que resulta do SCN é o PIB. Em linhas gerais, consiste no insumo em termos estatísticos para aferição empírica, especialmente por tratar-se de um sistema contábil que avalia a atividade econômica em seus diversos aspectos e em determinado período de tempo (FERNANDEZ, 2015), conforme descrito ao longo da seção. Para uma compreensão da terminologia, Feijó e Ramos (2003) destacam que as contas nacionais apresentam:

As contas nacionais apresentam as medidas mais importantes de toda a atividade econômica de um país. São desenhadas de forma a dar uma visão geral do estado da economia em dado período de tempo. No entanto, as contas nacionais omitem ou deixam de computar várias atividades que não possuem valor de mercado, como o trabalho não remunerado, o lazer, a exaustão de recursos naturais e o investimento em capital humano, para mencionar apenas alguns tópicos.

De acordo com os autores supracitados, o foco das contas nacionais é mensurar os agregados macroeconômicos, como o PIB. Em função deste, pode-se medir o esforço produtivo das atividades econômicas de um país, em um determinado período e a valores do mercado (FEIJÓ, 2003).

Na ótica de Mayer (2019), embora existam três formas diferentes de mensurar o produto nacional, ressalta-se que elas apresentam uma relação de identidade, pois qualquer ótica que seja escolhida, apresentará valores idênticos aos resultantes das outras óticas. Por isso, as contas nacionais são constituídas, fazendo com que a contabilidade englobe diferentes formas de mensuração, em vez de uma única maneira. Por isso, a contabilidade nacional é essencial para avaliar as políticas microeconômicas e macroeconômicas. O Sistema de Contas Nacionais possibilita, portanto, a consolidação das informações sobre a geração, distribuição e uso de renda de um país, estado ou municípios.

2.3 Produto Interno Bruto (PIB) e óticas de análise

Desde a década de 1970, o PIB adquiriu relevante importância, sendo utilizado pela maioria das nações para mensurar o comportamento econômico e servindo para a classificação dos países como subdesenvolvidos e desenvolvidos. O PIB de um país e de uma região representa a produção de todas as unidades produtoras, como empresas privadas e públicas, bens de serviços, trabalhadores autônomos, governo, dentre outros. Desse modo, é preciso levar em consideração a definição por causarem consequências na determinação do PIB, e dos demais agregados (FEIJÓ E RAMOS, 2003). A esse respeito, destaca-se que

O PIB, assim como os demais agregados contábeis, é medido a preços de mercado. Portanto, o que é contabilizado como produção da economia são as transações econômicas com valor de mercado (observado ou imputado). A valoração em termos monetários permite que se agregue quantidades heterogêneas (FEIJÓ; RAMOS; 2003, p. 36).

Conforme já descrito, o PIB é medido de acordo com os preços do mercado. O PIB é correspondente a um indicador agregado que é utilizado para medir a produção numa economia em que ocorre uma contrapartida monetária. Segundo Jacquinet (2019, p. 1), “[...] o PIB é constituído pela soma do valor acrescentado de cada indústria, líquida de todos os *inputs*, incluindo os bens intermédios importados. Outra ótica é a dos fatores de produção que é a soma dos rendimentos de todas as pessoas que intervêm no processo produtivo”. Ou seja, é definido como o valor da produção total de bens e serviços que são produzidos num país em um determinado espaço de tempo, geralmente em um ano ou semestre, com base nos preços de mercado ou de estimativas que são aceitáveis no setor de serviço.

Jacquinet (2019) considera o PIB como um indicador que mede o valor monetário de todos os bens e serviços produzidos, na base de uma contrapartida monetária avaliada e baseada nos preços de mercado. É calculado pela moeda local, neste caso, no Brasil, em reais. Embora o cálculo do PIB seja efetuado na moeda local, para efeito de comparação com outros países é necessário fazer a conversão do valor para dólar, comparando a variação percentual de um para outro (REIS, 2017).

De acordo com Czimikoski (2015), o PIB como avaliação do padrão de desempenho econômico é aceito pelas agências financeiras internacionais como o

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), fazendo adaptações em suas políticas de acordo com este indicador, sendo utilizado de maneira comparativa para medir o desenvolvimento econômico do país. O PIB é calculado nacionalmente, nos municípios, estados e em regiões. Trata-se de um instrumento utilizado pelos governos para analisar e verificar o crescimento, a expansão ou a estagnação das economias, com a finalidade de planejar e elaborar práticas de desenvolvimento.

Para o IBGE (2012), o PIB é o principal agregado macroeconômico do SCN, sendo constituído pelo total da renda gerada em um determinado período ou ponto de vista da produção, no total de bens e serviços produzidos em um determinado período, sendo descontadas as despesas com serviços, insumos, somados os impostos sobre produtos líquidos e subsídios. Não se pode perder de vista que a mensuração do PIB é realizada apenas sobre a produção no que se refere aos termos monetários, não contemplando os casos ambientais e sociais de produção. O PIB analisa os custos referentes à economia

Gadrey (2006) afirma que o PIB é composto por duas partes, sendo na primeira, o valor comercial de todos os bens e serviços vendidos no país no período de um ano. Na segunda, acrescenta-se a este valor, o custo de produção dos serviços não comerciais das administrações públicas, os serviços ofertados pelo governo, o ensino público, etc. Dado a natureza econômica mensurada, o PIB caracteriza-se pelo aumento de volume de toda produção de bens e serviços, que têm um custo monetário produzido pelo trabalho remunerado. Ainda para Gadrey (2006), o PIB mede volumes de bens e quantidade de serviços consumidos, e não a contribuição dos serviços de saúde para o crescimento, mensurado pelo volume de consultas, tratamentos e internações e/ou a contribuição desses serviços e das condições de vida da população.

Por fim, cabe destacar que o PIB apresenta três óticas de análise: ótica da despesa; ótica da renda; e ótica da produção. Estas três óticas analíticas são discutidas nas próximas subseções.

2.3.1 PIB pela ótica da Despesa

Meyer (2018) salienta que pela ótica da despesa, considera-se o ponto de vista oposto ao da produção, porque mede o produto pelas despesas que os agentes econômicos geram, ao adquirir os bens e serviços ofertados pelas unidades de produção. Assim, pela ótica da despesa, está ligada a demanda de bens e serviços e pela ótica da produção, a oferta.

Pela ótica da despesa, o PIB respeita a soma de componentes, cada um com uma variável macroeconômica de grande importância (MEYER, 2018). O PIB é definido a partir de uma expressão que reúne: Consumo (C); Gastos do Governo (G); Investimento (I); Exportações (X); e Importações (Z), conforme equação a seguir:

$$\text{PIB} = \text{C} + \text{G} + \text{I} + \text{X} - \text{Z} \quad (2)$$

O primeiro componente da despesa é o consumo privado, entendido como o agente econômico de famílias, bens e serviços utilizados para a satisfação de suas necessidades, sendo este consumo, o consumo final, se opondo ao consumo intermediário. Por esta ótica, o PIB contabiliza o valor dos bens a posteriori, quando são objetos de transação no mercado (MEYER, 2018).

2.3.2 PIB pela ótica da Renda

O PIB pela renda parte da premissa de que os fluxos de produção acabam gerando fluxos de renda, isto é, a produção é inapropriada na forma de renda. Nessa ótica, somam-se as remunerações de todos os fatores de produção das unidades produtivas e as remunerações consistem em pagamentos feitos pelos fatores usados na produção (MEYER, 2018).

Na ótica da renda, o PIB é mensurado através das remunerações pagas às unidades familiares, por meio de salários, juros e por meio de aluguéis, sendo essas remunerações acumulados, os impostos indiretos e deduzidos os subsídios (CZIMIKOSKI, 2015).

O rendimento que uma economia gera e que pode ser desagregado em dois componentes, como: salários ou rendimentos do trabalho e excedente bruto de exploração definida como rendimento gerado pela atividade produtiva, como juros rendas, rendimento misto, que corresponde a remuneração do trabalho desenvolvido pelos donos das empresas (GOMES, 2012).

2.3.3 PIB pela ótica da Produção

A ótica do produto é caracterizada pela soma da produção de todas as unidades produtoras, como os bens ou serviços. A produção se refere às unidades produtoras que realmente produzem, excluindo dessa maneira os bens que foram utilizados como intermediários, para não ocorrer uma dupla contagem na mensuração do PIB (MEYER, 2019).

De acordo com Jacquinet (2019, p. 1), “[...] o PIB é constituído pela soma do valor acrescentado de cada indústria, líquida de todos os *inputs*, incluindo os bens intermédios importados”. Então, o PIB corresponde ao somatório dos valores agregados brutos mediante as divisões produtivas da economia, em especial, os impostos indiretos e diminuindo os subsídios.

A quadro 1, apresenta uma sistematização destas três óticas de análise

Quadro 1 – Óticas de mensuração do PIB

Óticas de análise do PIB	Principais características
Despesa	Produção e gastos
Renda	Remunerações, juros, lucros, impostos
Produção	Unidades produtoras, bem finais

Fonte: elaboração própria, a partir de Meyer (2018) e (2019) e Czimikoski (2015).

2.3.4 PIB a preços correntes e per capita

O PIB *per capita* por pessoa é o indicador que representa o que cada indivíduo do local analisado teria do total de riquezas produzidas no país. Assim, o PIB é dividido pelo número de habitantes da área, demonstrando que, de certa forma, um indicador do padrão de vida. É uma referência importante como medida síntese para medir o desenvolvimento econômico dos países. É obtido a partir da divisão do PIB do ano pela população residente no mesmo período, levando-se em conta a população do país, método bastante utilizado para comparar e classificar as economias de acordo com o PIB *per capita* entre diferentes países (SOUZA, 2016).

Ainda de acordo com Souza (2011), o PIB é uma medida da atividade produtiva e tem como objetivo propor que esta medida propicie reflexões sobre as alterações do padrão de vida e bem estar da coletividade. Entretanto, o PIB apresenta algumas problemáticas para abordar de forma adequada a atividade econômica ou produtiva, sobre o real padrão de vida de um país.

Fernandez (2015) salienta que o PIB per capita indica de forma sintética o padrão de vida e de desenvolvimento econômico dos países. É uma medida utilizada com frequência para comparar os países e regiões, para classificar as economias conforme o tamanho do PIB per capita. É ainda um indicador que atua, diante do valor monetário, na produção de bens e serviços por agentes econômicos sem que ocorra duplicidade de informações.

2.4 Aspectos de desenvolvimento e sua mensuração: o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM)

A utilização de indicadores como parâmetro analítico de desenvolvimento local é bastante difundida, tendo a finalidade de identificar a dinâmica do progresso econômico ou social. Como exemplo de indicadores de desenvolvimento, pode-se destacar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) (ANDRADE, 2018).

A respeito do IDH, o mesmo foi criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo com o objetivo medir a diferença do desenvolvimento humano entre os inúmeros países, sendo usado tanto nos Estados quanto nos municípios. O cálculo é realizado considerando a média simples de três componentes: o IDH Longevidade, IDH Educação e o IDH renda per capita (SEBRA, 2014). Ou seja, o IDH estes três indicadores intermediários que são calculados com base nas dimensões da longevidade, do conhecimento e do padrão de vida, além de englobar o crescimento humano (renda per capita), bem como aspectos de qualidade de vida (ANDRADE, 2018).

No Brasil também se calcula o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), onde a renda municipal *per capita* é calculada conforme questionários aplicados com base em amostras de domicílios de pesquisas conduzidas pelo IBGE. De acordo com o PNUD Brasil, a finalidade da elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano é possibilitar um contraponto a outro indicador, o PIB *per capita*, que leva em consideração a dimensão econômica do desenvolvimento de um país (SEABRA, 2014).

O Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) foi criado através da adequação da metodologia do IFDM, buscando explicar a realidade e medir o desempenho da gestão e ações públicas de todos os municípios do Estado do Paraná, englobando três importantes áreas econômicas e sociais a saber: emprego, renda e produção agropecuária; educação; e saúde. Cada uma destas variáveis representam um terço do índice final, aproximadamente 33,33% (IPARDES, 2013).

Cabe ainda destacar que o IPDM mede o desempenho dos 399 municípios paranaenses, levando em conta aspectos de renda, emprego, produção agropecuária,

saúde e educação. A sua elaboração está baseada em variadas estatísticas de natureza administrativa, disponibilizadas por entidades públicas. Os dados contidos nas bases compreendem estatísticas oficiais que são disponibilizadas para toda população, especialmente pelo IPARDES, órgão responsável pela sistematização de dados econômicos, sociais, culturais e ambientais. O IPARDES foi criado no ano de 1973, por meio da Lei nº. 6.407, com o objetivo de mensurar o desempenho do desenvolvimento da gestão das ações públicas nos municípios do Estado do Paraná (OLIVEIRA; SILVA; PEIXE, 2018). Em outros termos, o IPARDES tem como objetivo estudar a realidade social e econômica do Estado do Paraná, subsidiando a formulação e execução de políticas públicas.

Ainda a respeito do IPDM e das suas três dimensões analíticas, destaca-se que

O IPDM é um índice que mede o desempenho da gestão e ações públicas dos 399 municípios do Estado do Paraná, considerando três dimensões: Renda, Emprego e Agropecuária, Saúde e Educação. Sua elaboração baseia-se em diferentes estatísticas de natureza administrativa disponibilizada pelas entidades públicas (IPARDES, 2013, p.1).

Em 2017, a metodologia do IPDM foi aprimorada, buscando oferecer uma melhor identificação da situação social e econômica dos municípios paranaenses. Contudo, é importante enfatizar que desde o ano de 2010 a metodologia do IPDM tem procurado atualizar as fontes de informações disponíveis, para uma melhor compreensão e reflexão da realidade (IPARDES, 2013).

Os indicadores econômicos são excelentes formas de conhecer a realidade socioeconômica de um município. É por meio dos indicadores que as políticas públicas podem ser implementadas e acompanhadas pelo governo, sociedade e iniciativa privada, direcionando as ações para obtenção de melhor desempenho (BORTOLOTTI; KUZMA, 2013).

O conhecimento da situação econômica de uma região é de fundamental importância para o direcionamento de esforços visando a melhoria das condições de vida da população. Por meio de indicadores de desenvolvimento também é possível mensurar o grau de evolução e da efetividade das políticas que estão voltadas para o crescimento regional (BORTOLOTTI; KUZMA, 2013).

Conforme destacado por Cantero, *et.al* (2013), as bases de dados do Índice de Desempenho utilizam estatísticas oficiais disponibilizados publicamente e provenientes de registros administrativos obrigatórios. A leitura dos resultados do IPDM varia entre 0 e 1, quanto mais próximo estiver de 1 maior é o nível de desempenho do município em relação ao referido indicador. Para calcular o emprego, renda e a produção agropecuária são feitas análises de subáreas, sendo elas: remuneração média – tendo como fonte de dados a relação anual de informações do Ministério do Trabalho e Emprego –, e a remuneração média absoluta, que tem o maior peso na composição do índice final da área, constituindo 42% do total e a taxa de crescimento da remuneração média.

Para calcular a subárea da produção agropecuária, utiliza-se o valor bruto da produção agrícola do município e o valor bruto da produção de origem animal, cujos dados são disponibilizados pelo IBGE. Em relação ao cálculo da área de saúde, utiliza-se o banco de dados da Secretaria Estadual da Saúde do Paraná (SESA). Já o cálculo da dimensão da educação engloba indicadores da educação infantil, do ensino fundamental e do médio. Nessa área, foi adotada a desagregação dos indicadores, conforme os níveis de ensino da educação básica, educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo essenciais para acompanhar o desenvolvimento da educação básica de forma contínua, pois não é possível atingir um patamar razoável de desenvolvimento se não houver acesso da população a educação (CANTERO *et.al*, 2013).

Após discussão dos principais aspectos teóricos que fundamentam o desenvolvimento deste trabalho, no próximo capítulo apresenta-se os principais aspectos metodológicos utilizados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os aspectos metodológicos estão estruturados em quatro seções: i) pesquisa descritiva; ii) pesquisa bibliográfica e documental; iii) população e amostra; e iv) análise quali quantitativa.

3.1 Pesquisa descritiva

Para a análise dos dados, buscou-se desenvolver uma abordagem descritiva. Nestas pesquisas, a principal finalidade é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, assim como o estabelecimento de relações causais entre as variáveis. São vários os estudos que podem ser classificados com este título e uma de suas importantes contribuições é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999).

Desta forma, a presente pesquisa amparou-se em dados estatísticos oficiais, especialmente do IBGE e do IPARDES, sob o viés analítico da Contabilidade Social.

3.2 Pesquisa bibliográfica e documental

Foi desenvolvida, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica sobre a Contabilidade Social, buscando compreender o Sistema de Contas Nacional (SCN), a mensuração do Produto Interno Bruto (PIB), o PIB pelas suas três óticas de análise (ótica da despesa, ótica da renda e ótica da produção), o PIB a preços correntes *per capita*, diferenças conceituais e analíticas sobre crescimento e desenvolvimento, mensuração do desenvolvimento e aspectos relacionados ao Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), bem como às suas três dimensões analíticas (IPDM Educação; IPDM Saúde; e IPDM Renda, Emprego e Produção Agropecuária).

Ainda com relação à pesquisa bibliográfica, é importante destacar que a mesma é

[...] feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica se utiliza de materiais impressos, como livros, revistas, periódicos, artigos, dentre outros. Na pesquisa como atividade regular, define-se também como o conjunto de atividades orientadas e planejadas pela busca e consolidação do conhecimento científico (FONSECA, 2002).

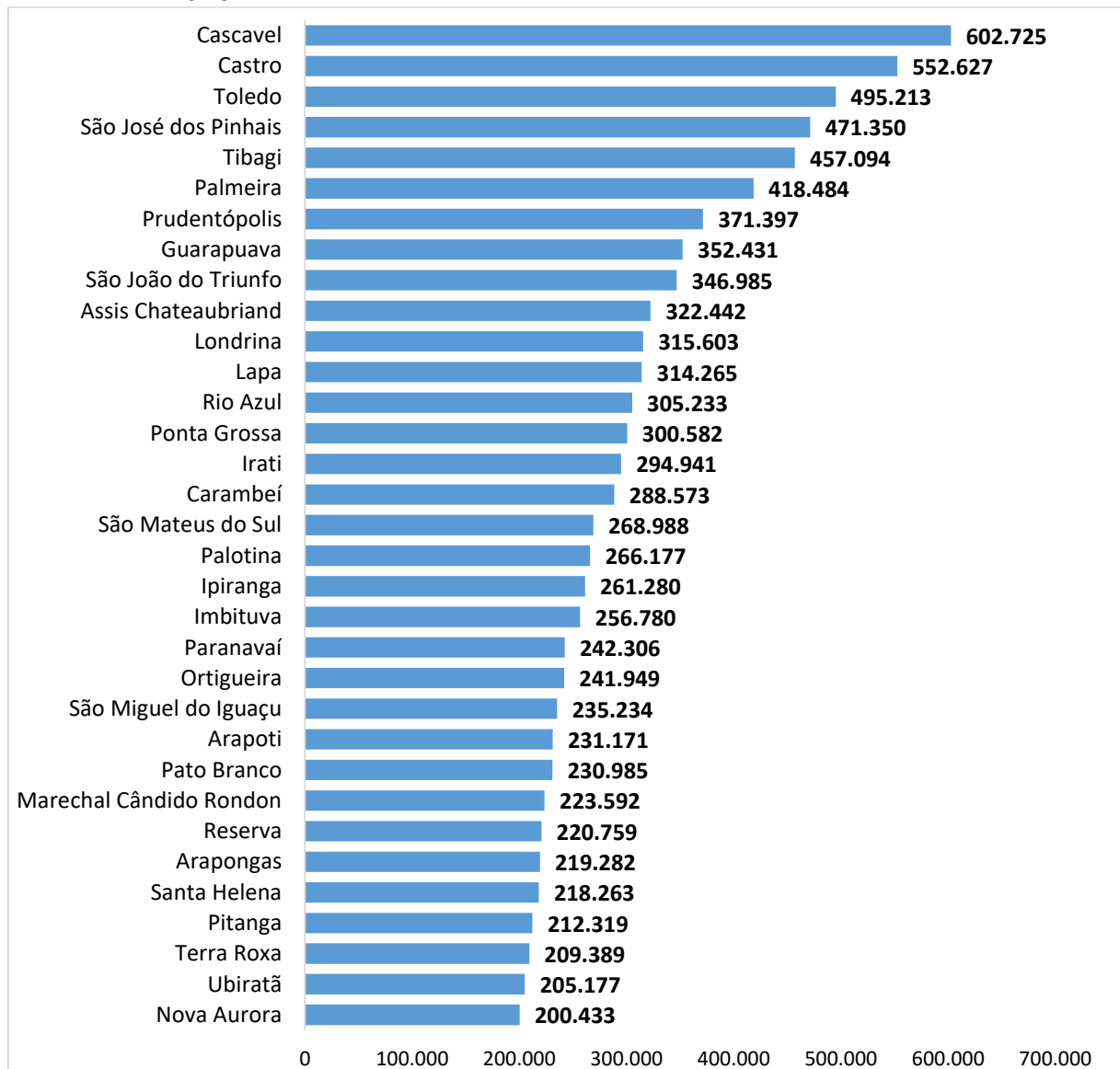
De acordo com Gil (1999), a pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, porém a diferença está no fato dos materiais documentais ainda não ter recebido um tratamento analítico, podendo ser reelaborados conforme os objetos de pesquisa. Na pesquisa documental são analisados e consultados documentos de arquivos de sindicatos, instituições, dentre outros, assim como aqueles que embora tenham sido processados, podem receber outras interpretações, como tabelas, relatórios etc.

3.3 População e amostra

Em pesquisas científicas, a população corresponde a um conjunto definido de elementos que possuem características em comum. Já a amostra consiste no subconjunto da população, por meio do qual se limita uma ou mais características em sua composição (GIL, 1999).

Assim, a população de interesse neste trabalho são os 399 municípios do Paraná. Enquanto a amostra considerada é composta por 33 municípios que apresentaram um Valor Adicionado Bruto superior a R\$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) no setor primário, no ano de 2018. O gráfico 1 apresenta os municípios que compõe a amostra da pesquisa.

Gráfico 1 – Municípios paranaenses com VAB do setor primário superior a R\$ 200 milhões em 2018



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2020).

3.4 Análise quali quantitativa

A pesquisa qualitativa busca estudar os fenômenos que envolvem o ser humano e as suas relações sociais estabelecidas em vários contextos. Dentre as características desse tipo de pesquisa, destaca-se os estudos denominados qualitativos (GODOY, 1995). Por sua vez, Fonseca (2002), destaca que diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa são quantificados por meio de amostras e tabelas, porque são consideradas

representativas da população, os resultados são tomados como se fossem o retrato real de toda a população de interesse da pesquisa. Esse tipo de pesquisa centra-se na objetividade, recorrendo a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno e as relações que ocorrem entre as variáveis. Já a utilização de forma conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa se deve ao fato de possibilitar tanto uma maior quantidade de informações, do que se fizesse isoladamente, quanto uma ampliação e complementariedade analítica.

Para desenvolvimento da pesquisa foram utilizados dados de PIB e Valor Adicionado, assim com os dados do IPDM da base IPARDES. Este índice buscou mostrar o grau de desenvolvimento em educação, saúde e emprego, renda e produção agropecuária (DUBIEL; RAIHER, 2013). Com base nas informações e dados coletados, a interpretação e análise utilizou-se de uma abordagem quali e quantitativa.

Feita estas considerações sobre os principais aspectos metodológicos, o próximo capítulo volta-se para a discussão dos resultados e análise empírica dos dados.

4. ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES COM MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR PRIMÁRIO

Este capítulo volta-se para a análise dos dados, informações e características dos municípios explorados. Os resultados e discussões estão estruturados em quatro seções. A primeira seção concentra-se em uma caracterização do Produto Interno Bruto (PIB). A segunda seção apresenta uma análise das características dos subsetores da agropecuária. A terceira seção expõe uma análise de aspectos relacionados ao Índice IPARDES de Desempenho Municipal. Por fim, na quarta seção apresenta-se uma discussão sobre crescimento econômico e desenvolvimento dos municípios.

4.1 Análise do PIB dos municípios paranaenses por maior VAB do setor primário

Esta seção apresenta uma caracterização e análise do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios paranaenses com maior Valor Adicionado Bruto (VAB) primário, tomando como base os resultados de 2018 e o comportamento dos dados entre 2010 e 2018. Conforme caracterizado no capítulo de procedimentos metodológicos, o recorte analítico considerou os municípios que apresentaram um VAB primário igual ou superior a R\$ 200 milhões no ano de 2018, resultando em um total de 33 municípios². Ou seja, um recorte de 8,3% dos 399 municípios do Paraná.

Nesse sentido, as análises gráficas concentraram-se nos componentes desagregados do PIB, a partir dos seguintes setores: i) agropecuária; ii) indústria; iii) serviços; iv) administração pública; e v) impostos.

Por meio dos dados do gráfico 2, verificou-se que os 33 municípios paranaenses com maior VAB primário concentraram um PIB de R\$ 124,1 bilhões no ano de 2018, a preços correntes. Isso representa uma participação percentual de 28,2% do PIB do Paraná. Em outras palavras, é importante destacar que 8,3% dos

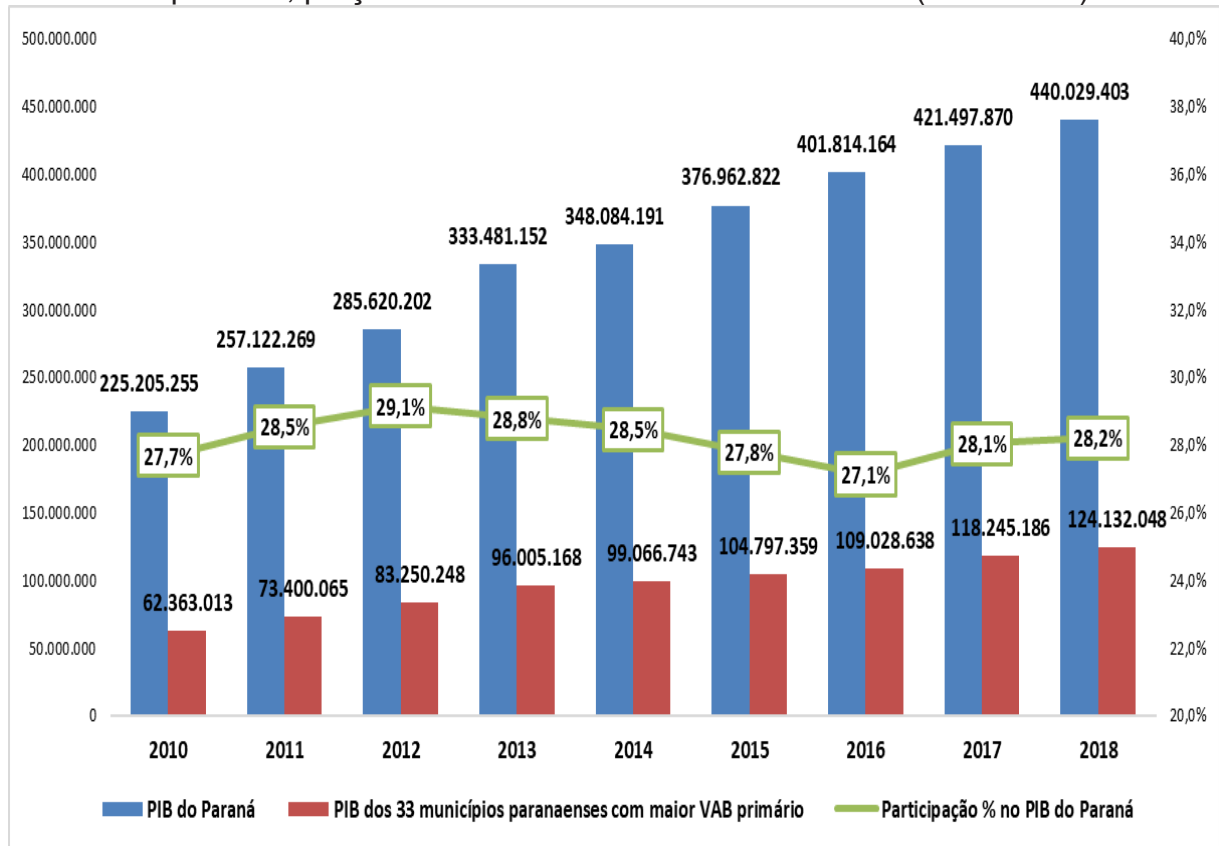
² Os 33 municípios paranaenses com maior VAB primário no ano de 2018 são: Arapongas, Arapoti, Assis Chateaubriand, Carambeí, Cascavel, Castro, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Irati, Lapa, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Nova Aurora, Ortigueira, Palmeira, Palotina, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Prudentópolis, Reserva, Rio Azul, Santa Helena, São João do Triunfo, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Tibagi, Toledo e Ubatã.

municípios paranaenses concentraram mais de um quarto de toda a produção gerada no Paraná, em 2018.

Ao analisar a taxa de crescimento do período de 2010 a 2018, verificou-se que o PIB dos municípios com maior VAB primário apresentou uma taxa de crescimento simples de 99,0% ao longo do período, enquanto o crescimento do PIB do Paraná foi de 95,4%. Ainda pela taxa de crescimento simples, verificou-se um maior crescimento do PIB no período de 2010 a 2014 do que no período de 2014 a 2018, com 58,9% e 25,3% respectivamente. Isso pode ser justificado por aspectos do desempenho da conjuntura econômica paranaense e brasileira no mesmo período. Já pela taxa de crescimento composta, observou-se um crescimento em média ao ano de 22,1% para o conjunto de municípios supracitados e de 21,7% para o crescimento em média ao ano do Estado do Paraná.

Em termos de variação percentual anual do PIB dos 33 municípios com maior VAB primário, o aumento mais significativo ocorreu no ano de 2011, com 17,7%. Nos demais períodos em análise, registrou-se algumas oscilações na variação anual, alcançando 5,0% no ano de 2018.

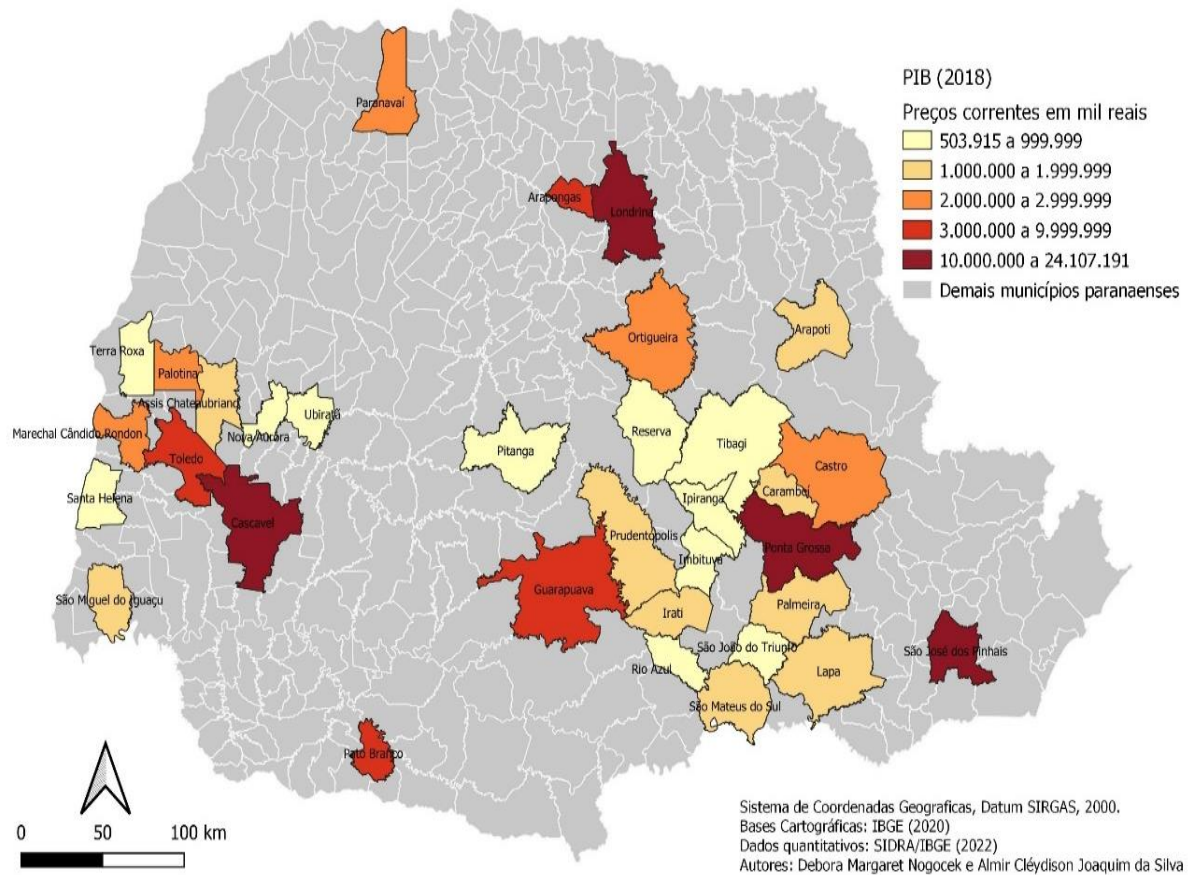
Gráfico 2 – Série histórica do PIB do Paraná e dos municípios paranaenses com maior VAB primário, preços correntes com valores em mil reais (2010-2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de dados do SIDRA/IBGE (2022).

Com base na figura 1, observa-se que quatro municípios apresentaram um melhor desempenho no PIB no ano de 2018: São José dos Pinhais, Londrina, Ponta Grossa e Cascavel. Estes municípios representaram 57,48% do total dos 33 municípios. Por outro lado, Toledo, Guarapuava, Arapongas e Pato Branco representaram 16,44% do PIB. Já os municípios com menor PIB são: São João do Triunfo, Rio Azul, Reserva, Nova Aurora, Terra Roxa, Pitanga, Imbituva, Tibagi, Santa Helena e Ubitatã, juntos tiveram uma participação de 6,56%.

Figura 1 – PIB dos municípios paranaenses com maior VAB do setor primário (2018)

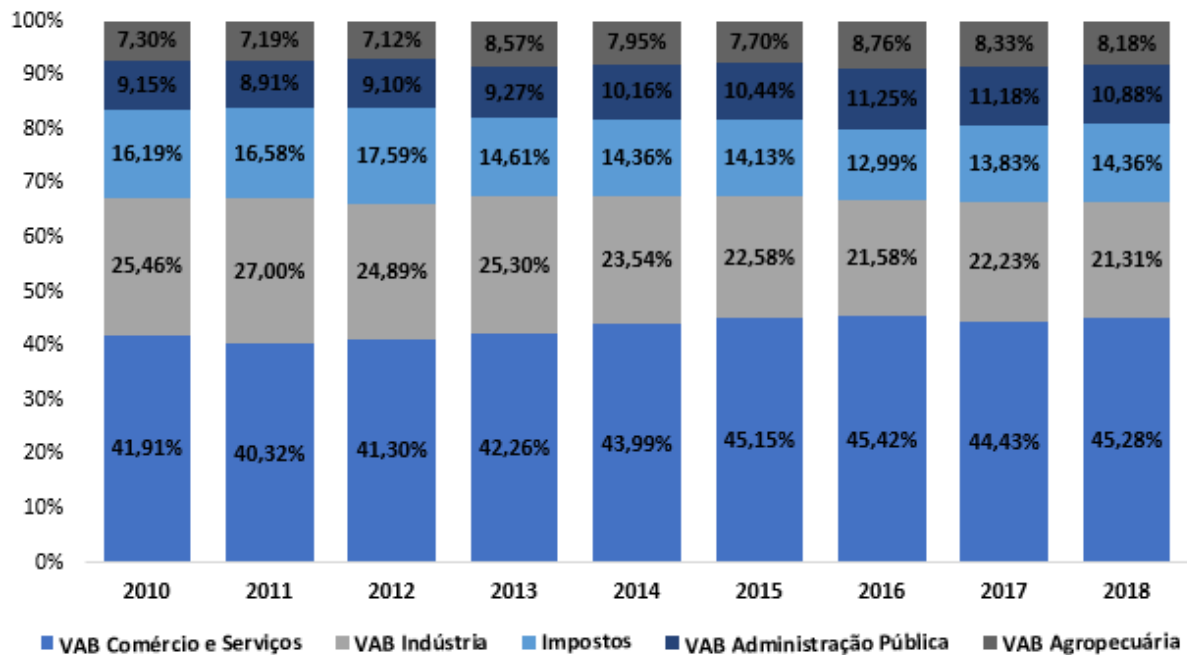


Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e dados do SIDRA/IBGE (2022), utilizando-se do Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGAS 2000.

Ao analisar a participação percentual dos componentes do PIB dos municípios do Paraná com maior VAB primário, no gráfico 3, verificou-se que o setor de comércio e serviços possui um peso mais expressivo e, com algumas oscilações, tendo ampliado consideravelmente sua participação, saindo de 41,91% em 2010 para 45,28% em 2018. O setor industrial representa a segunda maior participação no PIB dos municípios paranaenses em análise. Com algumas oscilações, o setor secundário perdeu participação entre 2010 (com 24,46%) e 2018 (com 21,35%). Os impostos também oscilaram e perderam participação na comparação relativa ao longo da série histórica, representando 14,36% no ano de 2018.

Por outro lado, os setores de administração pública e agropecuária ampliaram sua participação, saindo de 9,15% e 7,30% em 2010 para 10,88% e 8,18% em 2018, respectivamente. O gráfico 3 apresenta um maior detalhamento da participação percentual dos componentes do PIB entre os anos em análise.

Gráfico 3 – Participação percentual dos componentes do PIB dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010-2018)

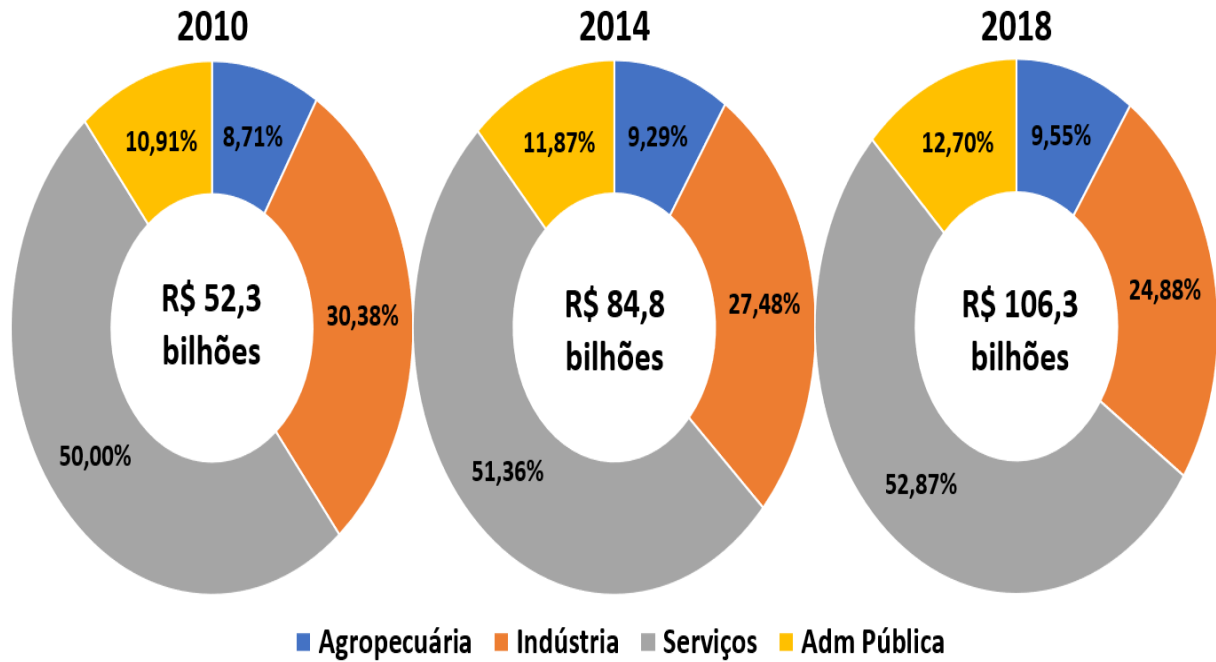


Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2022).

Ao analisar o comparativo do VAB no gráfico 4, verificou-se que houve um significativo crescimento. O valor do PIB a preços correntes mais que dobrou, passou de R\$ 52,3 bilhões em 2010, para R\$ 84,8 bilhões em 2014 e alcançou R\$ 106,3 bilhões em 2018. O ano de 2014 apresentou a taxa de crescimento mais expressiva, 62,31%. A taxa de crescimento simples ao longo do período foi de 103,39%.

O setor de serviços configurou-se o mais representativo. No ano de 2010 representou 50% do total do PIB a preços correntes e 52,87% em 2018, tendo uma taxa de crescimento simples de 115,06% ao longo do período. O setor industrial foi o segundo com melhor desempenho, mas apresentou queda na participação percentual, passando de 30,38% em 2010 para 24,88% em 2018. Na administração pública o melhor desempenho percentual foi de 12,70% em 2018, mas o crescimento mais expressivo foi no ano de 2014 em comparação a 2010, onde a taxa de crescimento simples foi de 76,47%. Da mesma forma, o setor agropecuário teve maior participação em 2018, com 9,55%, tendo uma taxa de crescimento de 73,10% em 2014 e de 28,88% em 2018.

Gráfico 4 – VAB dos municípios selecionados, preços correntes com valores em mil reais (2010, 2014 e 2018)



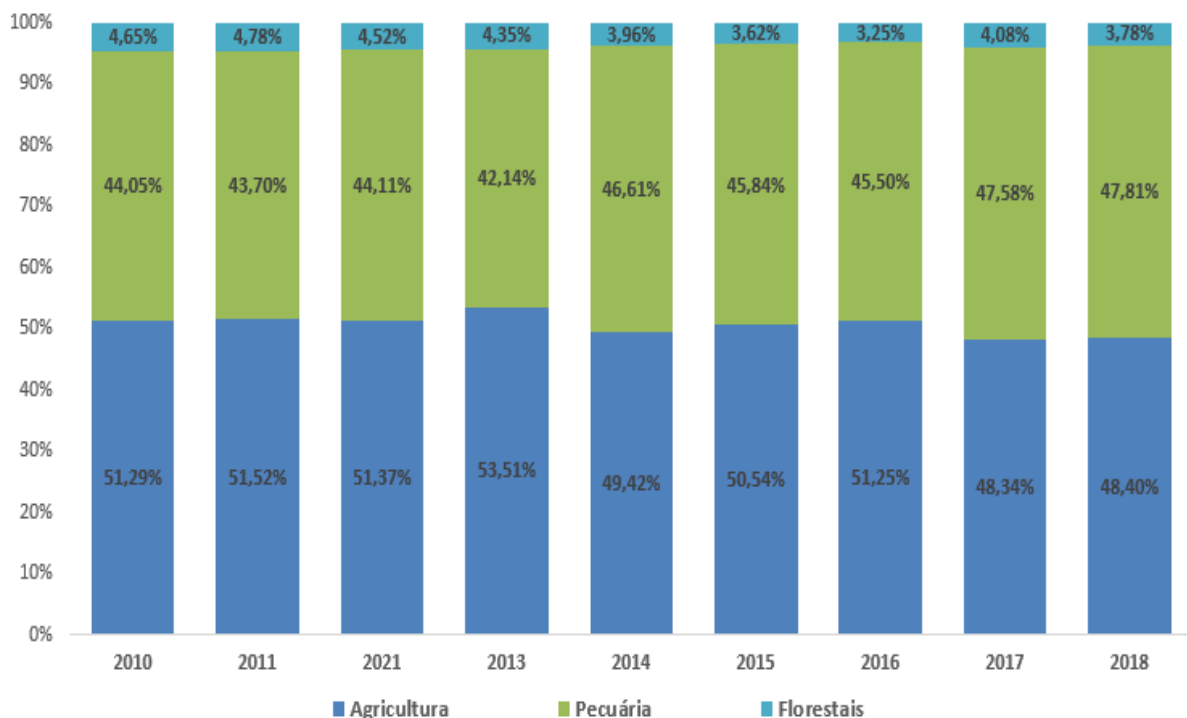
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do SIDRA/IBGE (2022).

4.2 Análise dos subsetores da agropecuária

Esta seção aprofunda a análise para os três subsetores da agropecuária: agricultura, pecuária e produção florestal. Pelo gráfico 5, verifica-se que a agricultura possui maior participação percentual, seguido da pecuária e da produção florestal. Em 2010 o VBP total dos 33 municípios foi de R\$ 11,1 bilhões e em 2018 seu valor foi de R\$ 23,2 bilhões, representando um crescimento de 108,05%.

Ainda com algumas oscilações ao longo da série histórica, em 2018 a agricultura representou 48,40% do setor primário, a pecuária fechou com 47,81% e a produção florestal 3,78%.

Gráfico 5 – Participação percentual dos subsetores da agropecuária dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010 a 2018)

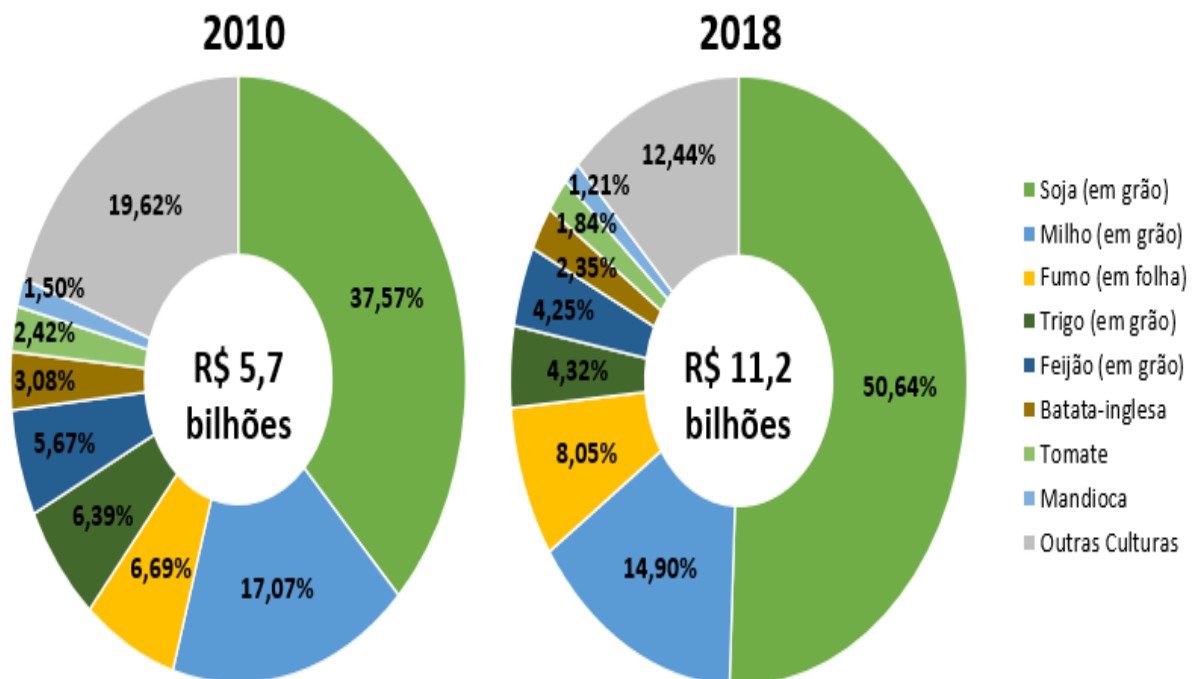


Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2022).

O gráfico 6 apresenta o valor da produção agrícola das principais culturas temporárias e permanentes, em 2010 e 2018. Em 2010, o valor da produção agrícola foi de R\$ 5,7 bilhões e em 2018 seu valor correspondeu a R\$ 11,2 bilhões, a preços correntes, representando um crescimento de 96,32%. Ao analisar as principais culturas de 2010, verificou-se que a soja em grãos representou 37,57% da produção,

se mantendo em primeiro lugar, o milho representou 17,07% e o fumo 6,69%. Juntas, estas três culturas representaram 61,33% de todo o valor da produção agrícola do ano de 2010. No ano de 2018, a produção de soja também figurou em primeiro lugar, com 50,64% da produção agrícola, seguido do milho com 14,90% – que apresentou decréscimo em comparação ao ano de 2010. Outra cultura que ganhou destaque foi o fumo, que passou para 8,05% da produção. Quanto as demais culturas, todas tiveram queda de produção na comparação entre os dois anos.

Gráfico 6 – Valor da produção agrícola dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010 e 2018)



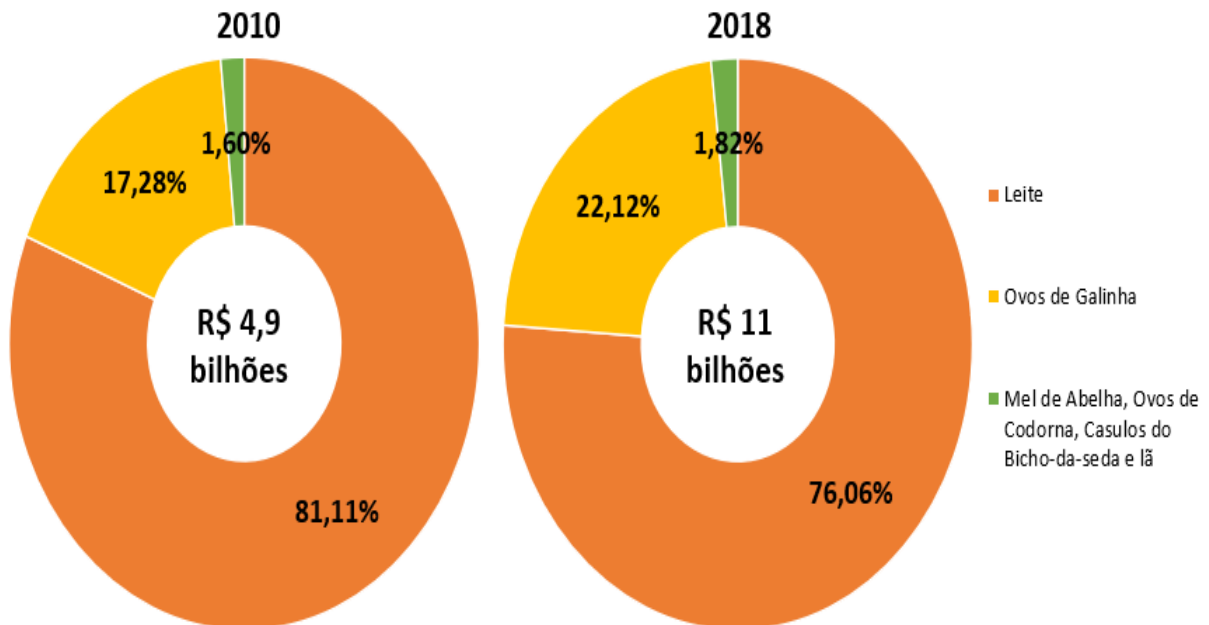
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2022).

Nota: Outras culturas correspondem a: laranja, cevada (em grão), cana-de-açúcar, cebola, maçã, café (em grão), banana (cacho), erva-mate (folha verde), batata-doce, uva, caqui, abacate, alho e tangerina.

Com relação ao valor da produção pecuária, em 2010 representou R\$ 4,9 bilhões e em 2018 seu valor correspondeu a R\$ 11 bilhões, a preços correntes, obtendo um crescimento de 125,81%. O leite representou a maior participação na produção de origem animal tanto em 2010 quanto em 2018, seguido de ovos de galinha e de mel de abelha, ovos de codorna, casulos do bicho-da-seda e lã. Em 2010, o leite representava 81,11% da produção, tendo um decréscimo de sua participação para 76,06% na produção em 2018. Por outro lado, verificou-se que tanto os ovos de

galinha quanto o mel de abelha ampliaram sua participação entre os anos de 2010 e 2018, conforme gráfico 7.

Gráfico 7 – Valor da produção pecuária dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010 e 2018)

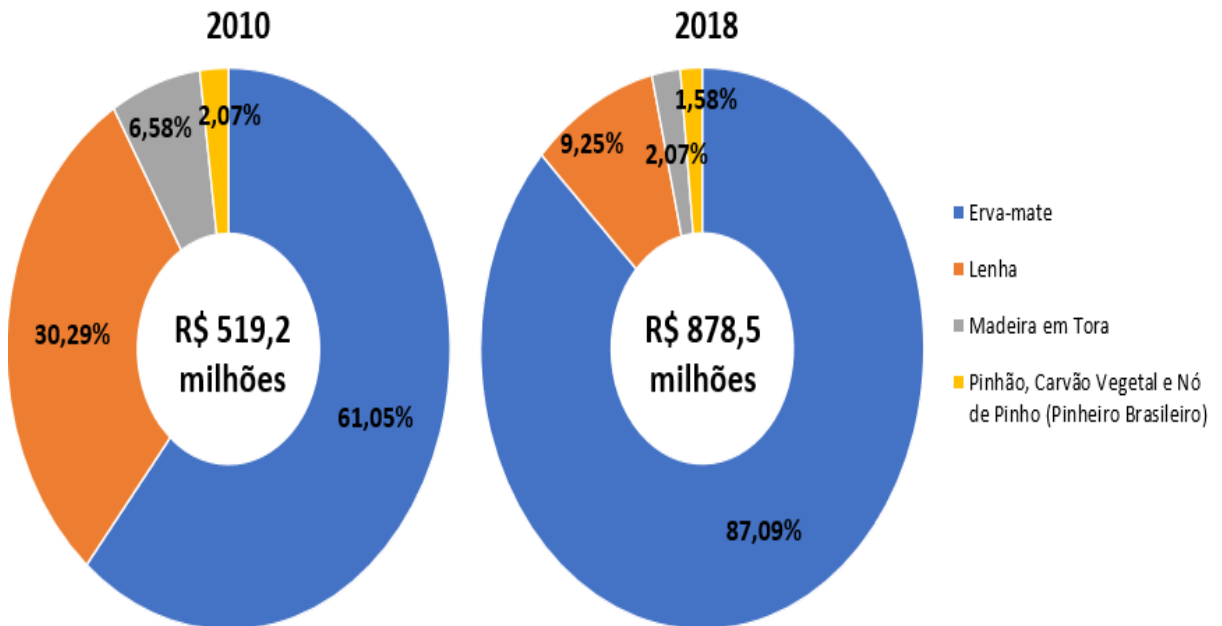


Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2022).

Por fim, o gráfico 8 apresenta o valor da produção extrativa vegetal. Em 2010 esse subsetor representou R\$ 519,2 milhões e em 2018 seu valor foi de R\$ 878,5 milhões, representando um crescimento de 69,19%. Ao analisar a produção no ano de 2010, evidenciou-se que a erva-mate ocupou o primeiro lugar com 61,05%, seguida pela lenha que representou 30,29% e a madeira em tora 6,58%. Juntas, estas três culturas representaram 97,92% de toda a produção extrativa vegetal do ano de 2010.

No ano de 2018, a erva-mate continuou em primeiro lugar e passou a representar 87,09% do valor da produção. Destaca-se o crescimento desta cultura da erva mate no período e o decréscimo na produção de lenha e de madeira em tora, que passaram a representar 9,25% e 2,07%, respectivamente, no ano de 2018.

Gráfico 8 – Valor da produção extrativa vegetal dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010 e 2018)

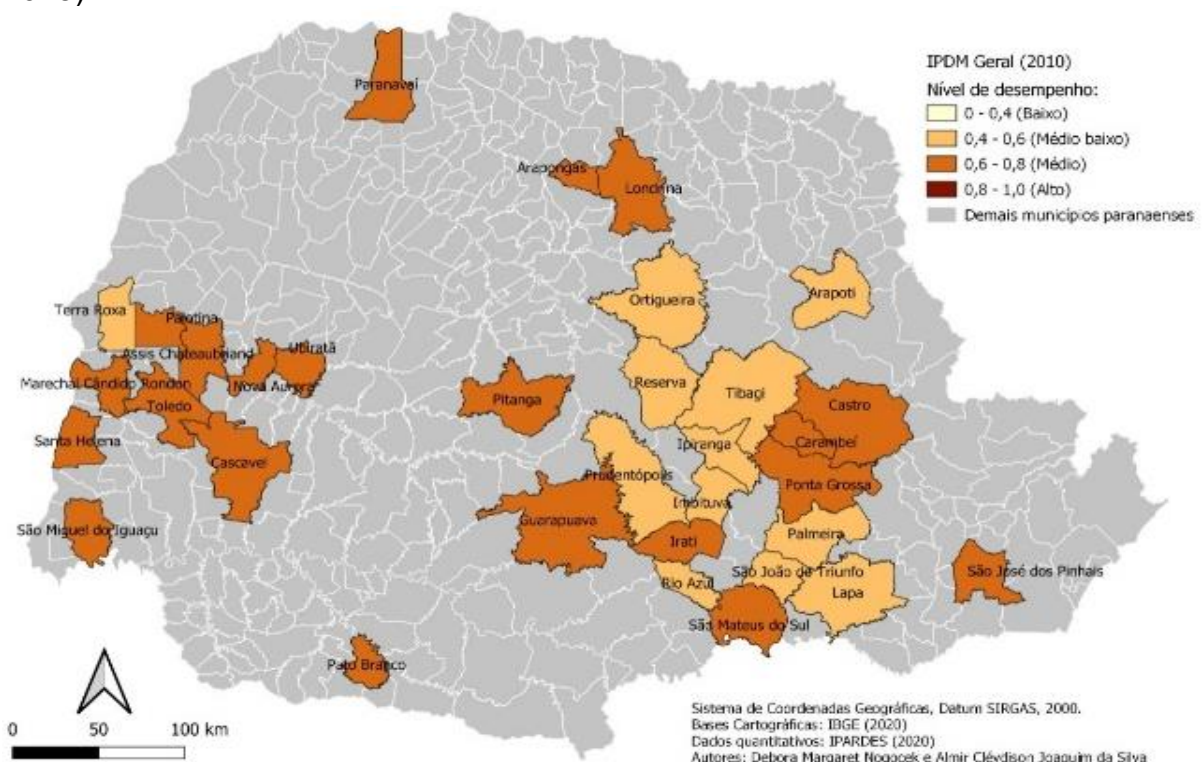


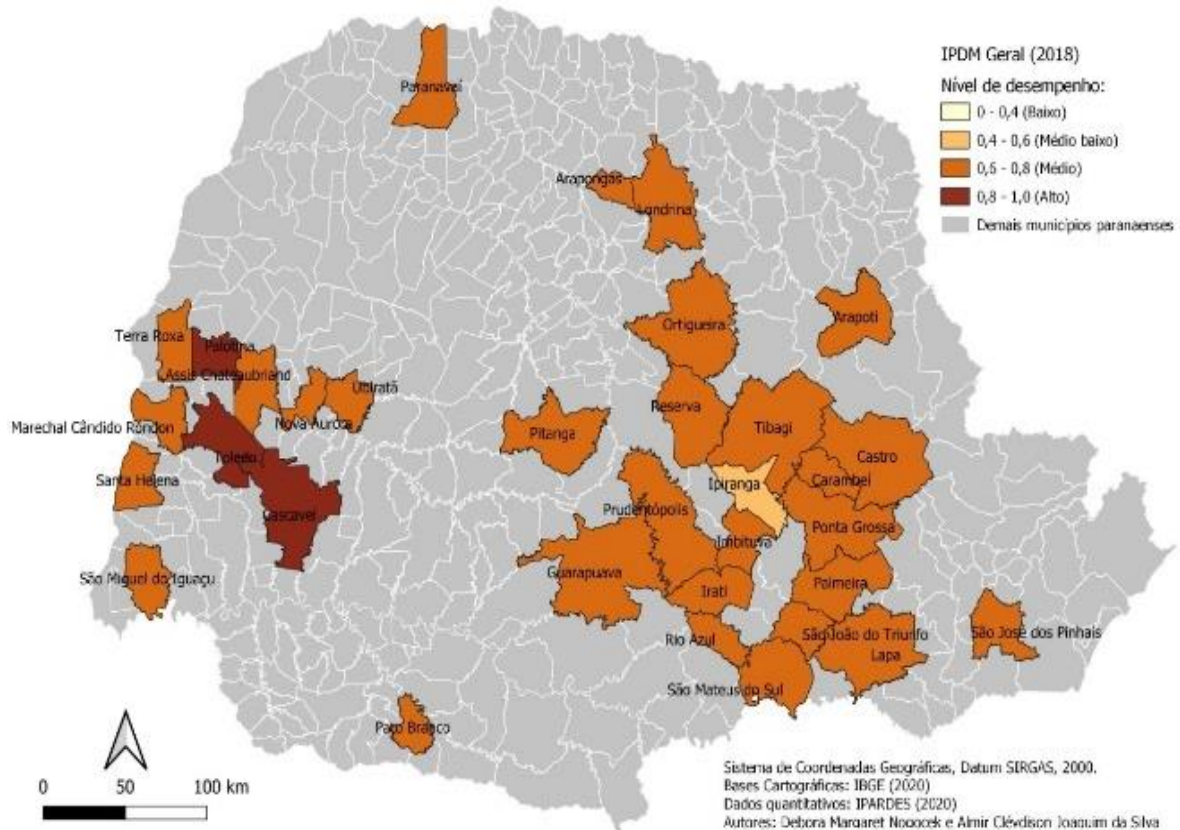
Fonte: elaboração própria, a partir de dados do IPARDES (2022).

4.3 Desempenho do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal

Esta seção apresenta as características gerais do comportamento do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM) para o conjunto dos municípios analisados. Os números do IPDM Geral no ano de 2010 apontam a permanência da maioria dos municípios no extrato de médio desempenho, conforme a figura 2. Verifica-se que 21 municípios (63,64% do total) apresentaram esta condição, 12 municípios (36,36% do total) apresentaram médio-baixo desempenho e houve ausência de municípios na condição alto e baixo desempenho. No ano de 2018, a grande maioria dos municípios permaneceu com médio desempenho, 29 municípios (87,88% do total). Neste com relação ao ano de 2018, 3 municípios passaram a apresentar alto desempenho e 1 apresentou médio-baixo desempenho.

Figura 2 – IPDM Geral dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010 e 2018)





Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e dados do IPARDES (2020), utilizando-se do Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGAS 2000.

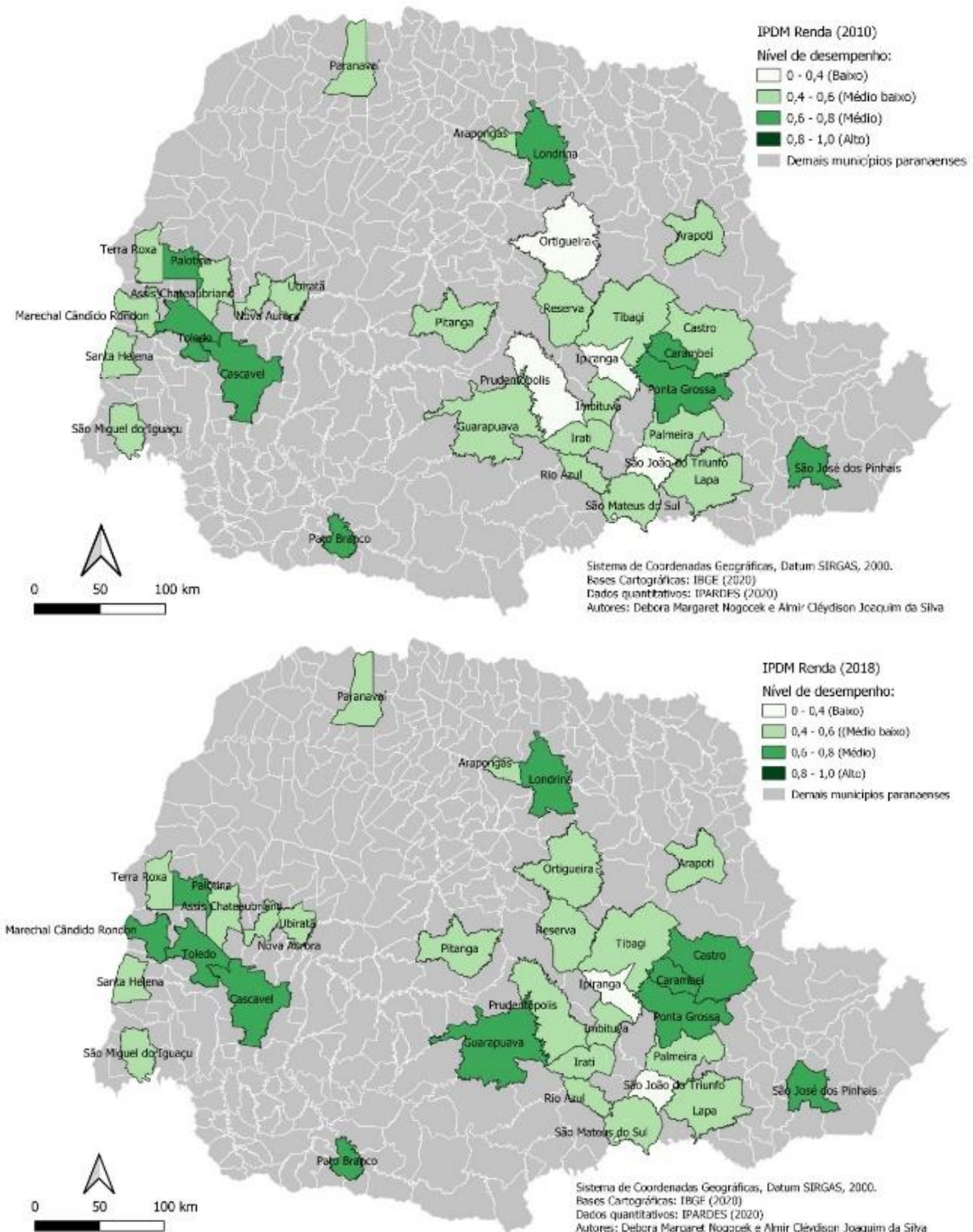
Com este panorama do IPDM Geral, as próximas subseções aprofundam a análise para cada área ou dimensão que compõe o IPDM.

4.3.1 IPDM Emprego, renda e produção agropecuária

Com relação ao IPDM Renda, verificou-se que em 2010 este indicador representou os menores resultados dentre as três dimensões. Neste ano, 21 municípios (63,64%) foram classificados com desempenho médio-baixo, 4 municípios (12,12%) no extrato de baixo desempenho e apenas 8 municípios com médio desempenho, conforme dados da figura 3. No ano de 2018 não houve significativa mudança no desempenho dos municípios. Ao todo, 5 municípios mudaram de classificação e alcançaram um patamar mais elevado. Quando comparado ao ano de 2010, em 2018 observou-se que 3 municípios a mais foram classificados no extrato de médio desempenho e 2 municípios a mais no nível de médio-baixo desempenho. A média geral foi de 0,5153 em 2010 e 0,5336 em 2018, média classificada como de

médio baixo desempenho. A figura 3 apresenta um comparativo do IPDM emprego, renda e produção agropecuária dos anos de 2010 e 2018.

Figura 3 – IPDM Emprego, renda e produção agropecuária dos municípios paraenses com maior VAB primário (2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e dados do IPARDES (2020), utilizando-se do Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGAS 2000.

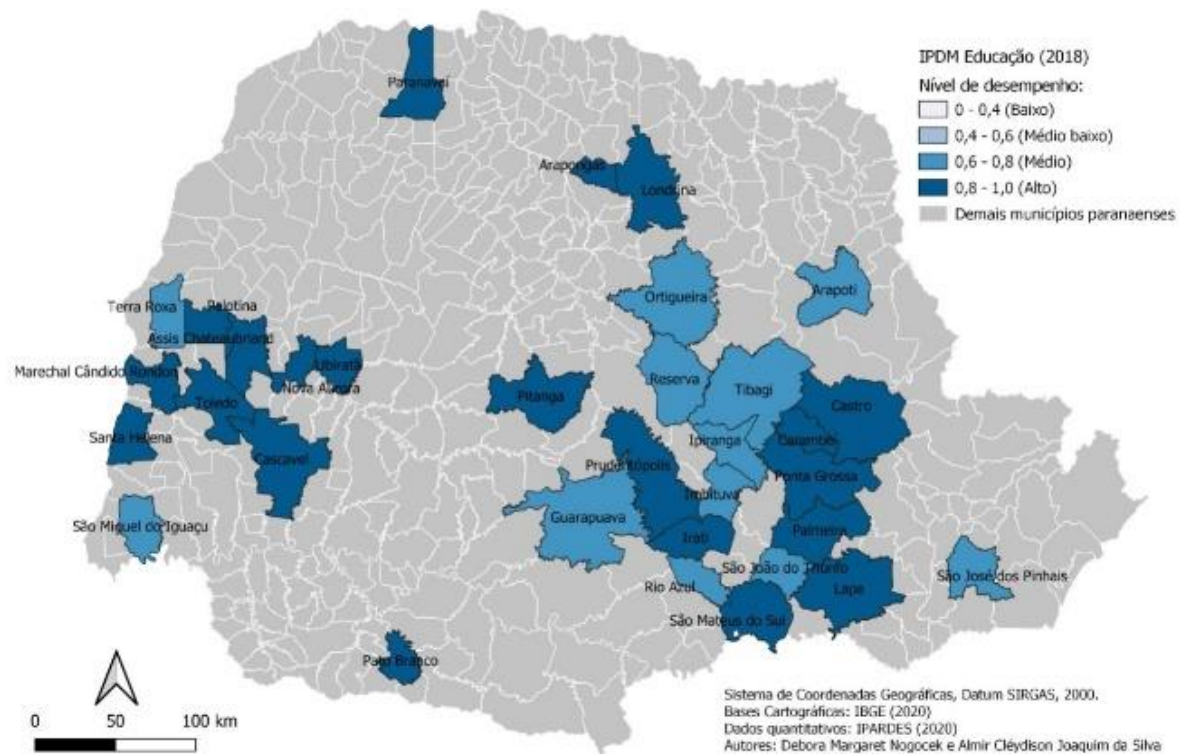
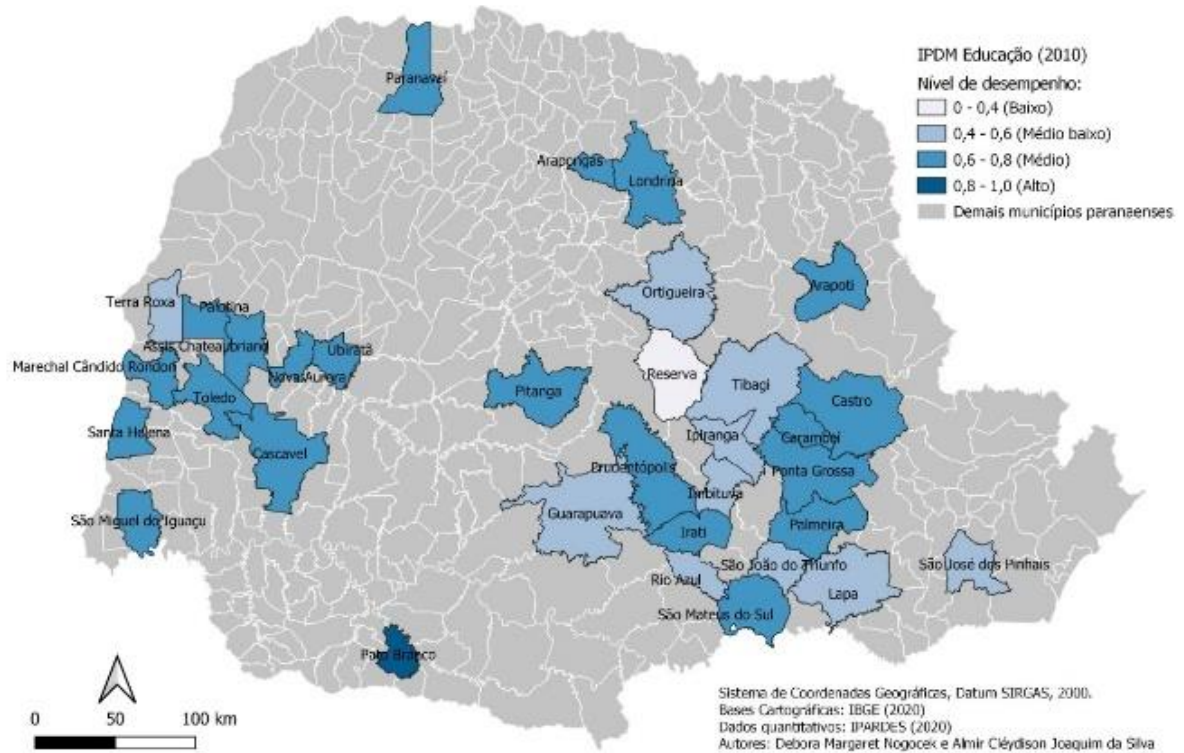
4.3.2 IPDM Educação

Ao analisar a dimensão educação, é possível observar, em uma primeira observação da figura 4, que vários municípios mudaram de classificação para um patamar mais elevado. No ano de 2010, 21 municípios (63,64%) configuraram-se no extrato de médio desempenho, 10 municípios (30,30%) no médio-baixo desempenho e 1 município (3,03%) no alto desempenho e no baixo desempenho. A média geral no ano de 2010 foi de 0,6536.

Entre os anos de 2010 e 2018, a classificação dos municípios apresentou uma variação significativa. Ao todo, 30 municípios mudaram de classificação para um nível de desempenho mais alto. Classificaram-se 20 municípios a mais no extrato de alto desempenho. Sendo assim, 2018 fechou com 21 municípios (63,64%) classificados no alto desempenho e 12 municípios (36,36%) no médio desempenho. A média geral foi de 0,8292, configurando-se como a mais alta para os municípios entre as três categorias que compõem o índice.

O desenvolvimento explica-se pela melhoria na média do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que intensificou o atendimento educacional, especialmente a educação infantil, reduzindo expressivamente o abandono escolar.

Figura 4 – IPDM Educação dos municípios paranaenses com maior VAB primário (2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e dados do IPARDES (2020), utilizando-se do Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGAS 2000.

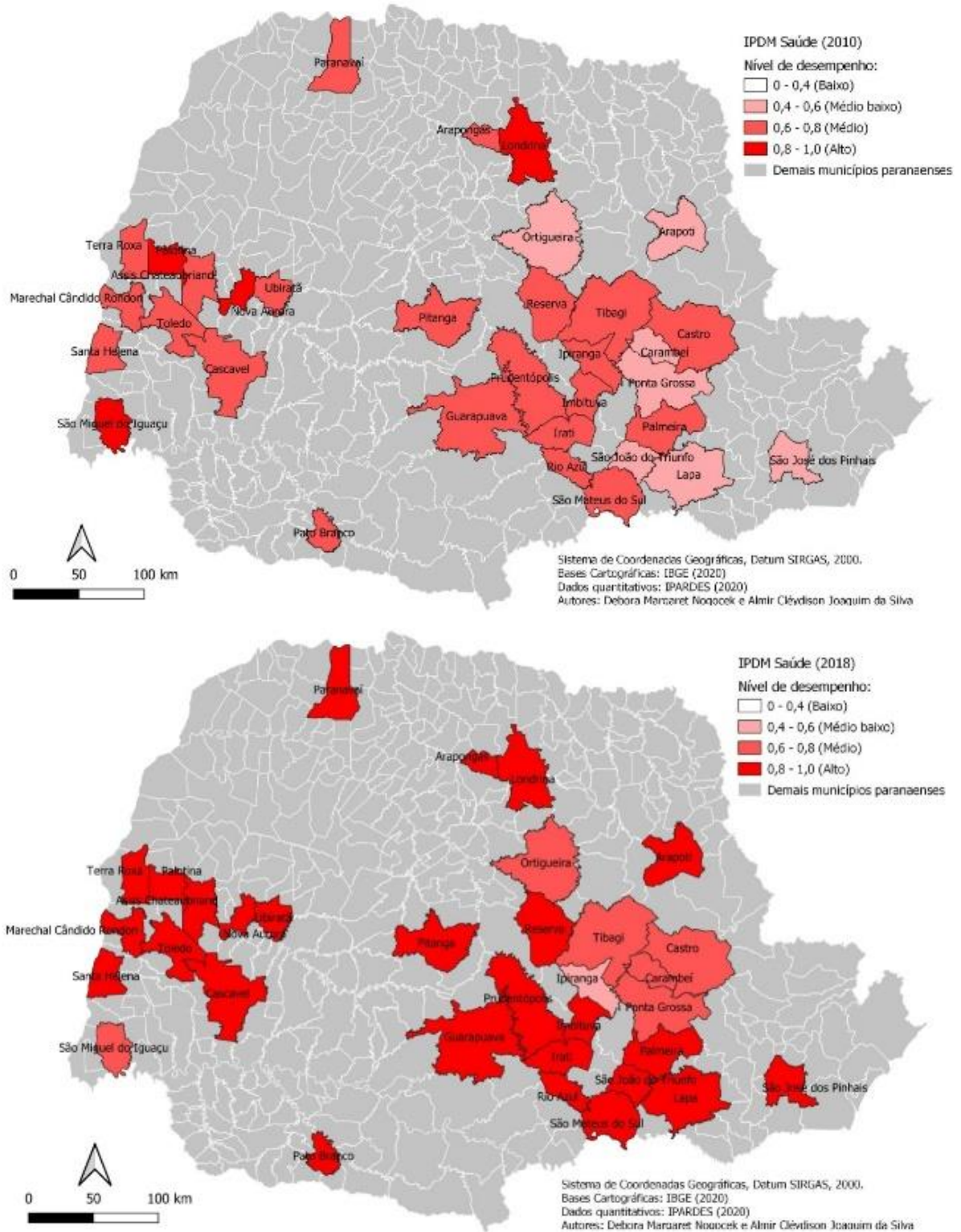
4.3.3 IPDM Saúde

Ao analisar os números do IPDM Saúde, verificou-se que em 2010 o indicador apresentou uma média geral de 0,6840. Conforme a figura 5, dentre os municípios, 22 (66,67%) apresentaram médio desempenho, 7 (21,21%) médio-baixo e 4 (12,12%) classificaram-se como de alto desempenho.

Em 2018, esse indicador apresentou resultados elevados para a maioria dos municípios, sendo expresso por uma média geral de 0,8250. O extrato de alto desempenho, para o ano de 2018, ficou composto por 26 municípios (78,79%), dos quais apenas 4 já se encontravam nesta categoria e 22 foram incorporados durante o período. O extrato de médio desempenho ficou composto por 6 municípios (18,18%) e o de médio-baixo desempenho por apenas 1 (3,03%).

De acordo com o IPARDES (2018), dentre os elementos que são considerados na composição do índice da dimensão saúde, destacam-se o atendimento as gestantes. A maioria dos municípios tiveram alto percentual de crianças nascidas vivas e de mulheres realizando a consulta pré-natal, contribuindo para que esses dados sejam positivos.

Figura 5 – IPDM Saúde dos municípios paraenseenses com maior VAB primário (2010 e 2018)



Fonte: elaboração própria, a partir de bases cartográficas do IBGE (2020) e dados do IPARDES (2020), utilizando-se do Sistema de Coordenadas Geográficas, Datum SIRGAS 2000.

Com base na análise dos principais aspectos de crescimento econômico dos municípios analisados (especialmente dados do PIB e do Valor Adicionado) e de aspectos de desenvolvimento, representado pelo IPDM geral e de suas três áreas, a próxima seção apresenta breves considerações a respeito destas questões.

4.4 Percepções sobre crescimento econômico e desenvolvimento dos municípios paranaenses com maior VAB primário

Com base nos dados apresentados e discutidos nas seções anteriores, observa-se uma trajetória de crescimento econômico. Os municípios analisados concentraram grande parte da produção gerada no Paraná em 2018 e de uma forma geral o VAB dos municípios aumentou sua participação no período analisado, apresentando um resultado positivo.

Em termos de desenvolvimento, a análise do IPDM Geral demonstrou que grande parte dos municípios apresentaram melhores resultados no comparativo 2010 e 2018. No aspecto renda, observou-se uma fragilidade, pois a maioria dos municípios classificou-se no extrato de médio-baixo desempenho e esta dimensão apresentou uma menor evolução quando comparada às outras duas dimensões que compõe o IPDM Geral. No caso dos índices relacionados à educação e saúde, a maioria dos municípios apresentou variação positiva entre os anos de 2010 e 2018. A ausência de municípios com baixo desempenho reforça o avanço alcançado nos últimos anos.

5. CONCLUSÕES

Este trabalho analisou a existência de potenciais relações entre os resultados da contabilidade social e das variáveis de desenvolvimento dos municípios do Paraná que apresentam maior Valor Adicionado Bruto no setor primário, considerando os resultados do ano de 2018. Para tanto, as principais temáticas abordadas foram: Contabilidade Social, Sistema de Contas Nacional (SCN), Mensuração do Produto Interno Bruto (PIB), PIB a preços correntes e per capita, aspectos de crescimento e desenvolvimento e Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM).

A análise do PIB dos municípios com maior VAB do setor primário possibilitou destacar o quão representativos são na participação percentual do PIB do Paraná. A taxa de crescimento simples do PIB dos municípios ao longo do período superou a do Estado, ressaltando o crescimento alcançado no decorrer dos anos. Ainda com base na coleta e análise dos dados, evidenciou-se que os setores de comércio e serviços e da indústria representaram quase três quintos da participação percentual dos componentes do PIB. O VAB de comércio e serviços também apresentou o maior crescimento na comparação entre os anos de 2010 e 2018, seguido pelo VAB Administração Pública e VAB Agropecuária. Já os setores da Indústria e dos Impostos perderam participação na comparação entre os dois anos analisados. Diante destas oscilações, verificou-se que houve alterações no padrão de vida e bem estar da população dos municípios paranaenses e de maneira geral ocorreu um significativo crescimento no referido período.

A caracterização do setor primário nos municípios evidenciou que a agricultura e a pecuária são os subsetores com maior participação percentual, juntos representam quase o total de toda a produção do setor. O setor agropecuário apresentou expressivo crescimento e as culturas agrícolas permaneceram nas mesmas posições na comparação entre o ano 2010 e 2018. A pecuária apresentou a maior taxa de crescimento entre os três setores e as culturas não alteraram de posição no *ranking* de produção no decorrer do período. A produção extrativa vegetal apresentou o menor percentual de participação do total da produção no setor primário, mas também obteve crescimento no período. Essa variação na produção expressa que ocorreram mudanças e novas configurações no setor primário da economia nos

municípios analisados, como diversificação e modernização no processo produtivo. Isto confirma a importância do setor como indutor da economia paranaense.

Por outro lado, os resultados da evolução geral do IPDM apontaram para uma variação positiva da média do índice. A maioria dos municípios apresentou desenvolvimento entre os anos de 2010 e 2018. Ao analisar as dimensões que compõe o IPDM, evidenciou-se que os municípios apresentaram uma heterogeneidade no aspecto renda, confirmando acentuada diferença em relação as outras duas dimensões. A média geral da dimensão renda induziu o conjunto de municípios para uma classificação de médio baixo desempenho, tanto no ano de 2010 quanto no ano de 2018. Os números do IPDM Educação e Saúde apresentaram resultados elevados na comparação histórica, a maioria dos municípios configurou-se no extrato de alto desempenho no ano de 2018, nestas duas dimensões. A análise permite concluir que houve progresso do desenvolvimento dos municípios investigados. Diante disto, estas mudanças também são acompanhadas por complexas alterações estruturais, culturais e econômicas nos municípios analisados.

Por fim, é importante destacar algumas limitações identificadas neste trabalho. O recorte temporal foi estabelecido de maneira que fosse possível realizar comparações em uma mesma série histórica, visto que o IPDM dispõe de dados a partir do ano de 2010. Para um aprofundamento de comparações e evoluções dos índices é possível desenvolver análises com um recorte temporal maior. Como apresentado no trabalho, existem outros índices de desenvolvimento, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal, os quais possuem vários indicadores a serem explorados.

A partir das limitações e de toda a elaboração da pesquisa, as evidências sugerem novas pesquisas e questionamentos: se houve aumento na produção agropecuária e crescimento do PIB, que fatores explicam o baixo desempenho do aspecto renda? A melhoria da economia decorreu da adoção de políticas específicas ou o resultado obtido é apenas reflexo da queda dos demais municípios?

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de.; NICOL, Robert. **Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira**. São Paulo: Editora McGraw-Hill, Ltda., 1987.

ALMEIDA, Alexandre Nascimento de; SILVA, João Carlos Garzel Leodoro da; ANGELO, Humberto. **Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2013.

CAVALHEIRO, D. d. F.; MIRI, R. R.; FOCHESSATO, D. H.; STIEGEMEIER, L.B.; CHAIS, J. J. C.; MATTE, C.; GANZER, J.; OLEA, P.; PELAYO, M.A. **Tecnologia da Informação no Agronegócio: uma Revisão Bibliográfica**. [S.l.]: XVIII Mostra de Iniciação Científica, Pós-Graduação - Pesquisa em Administração, 2018.

CZIMIKOSK, Fernando. **O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico?** Florianópolis: Universidade Federal De Santa Catarina – UFSC, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/134839/Monografia%20do%20Fernando%20Czimikoski.pdf?sequence=1>. Acesso em 23 de nov. 2021.

DUBIEL, Sonise Aparecida; RAIHER, Augusta Pelinski. **Desenvolvimento econômico dos municípios do Paraná: evolução e determinantes**. Toledo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

FEIJÓ, C. A; RAMOS, R. L. O. **Contabilidade Social**. 4° ed. – Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2013.

FERNANDEZ, Rodrigo Nobre. **Capítulo 1 – Introdução A Contabilidade Social** Pelotas, 2015. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/rodrigofernandez/files/2015/12/cs_cap1.pdf.

FIEP - Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná. **Panorama Industrial do Paraná 2016**. Curitiba, 2016. Disponível em: https://reitoria.ifpr.edu.br/wpcontent/uploads/2013/12/Paranorama_Industrial_do_Parana-2016-FIEP.pdf. Acesso em 14 mar. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, M. M. S. **Economia do Paraná**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/parana/economia-do-parana/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

GADREY, J.; CATRICE, J. F. **Os novos indicadores de riqueza**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. v. 35, n.3, p, 20-29. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em 27 fev. 2021.

GOMES, Orlando. **Macroeconomia: Noções Básicas**. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/1186/1/MacroIntroCap.pdf>. Acesso em 29 de jan. 2020.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Produto interno bruto do Paraná e do Brasil a preços correntes de mercado - 2002-2018**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/.Acesso> em 23 de nov. 2021.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Valor adicionado bruto, participação e taxa de crescimento, segundo as atividades econômicas, no Paraná - 2010-2016**. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/>. Acesso em 22 de out. 2021.

IPARDES, PIB do Paraná cresceu 1,2% em 2018. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Noticia/PIB-do-Parana-cresceu-12-em-2018.Acesso> em 02 mar. 2022.

JACQUINET, Marc. **PIB - Produto Interno Bruto: Uma breve introdução**. MEYER, I. M. **Sistema de contas nacionais e a integração de contas ambientais: contas de áreas florestais e seu impacto na amazônia legal**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2018. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/8877/1/IMMeyer.pdf>.

MOURÃO, Francisco de Assis. **Contabilidade Social**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.

NETO, J. H.; FORTE, C. M. **O Sistema de Contas Nacionais: evolução histórica e implantação no Brasil**. Revista Econômica, volume 18, número 1, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34998/20252>

OLIVEIRA, N. M.; SILVA, F. A. D. PEIXE, B. C. S. **Relação entre o Índice Ipardes de Desenvolvimento Municipal e a Proporção de Despesas Públicas Administrativas nos Municípios do Estado do Paraná**. São Paulo: Universidade Federal do Paraná – UFPR , 2018.

PARANÁ, Valor Bruto da Produção Agropecuária. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento Departamento de Economia Rural, 2018. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/relatoriovbp2018.pdf. Acesso em 02 mar. 2022.

PEREIRA, L. C. B.; NAKANO, Y. **Contabilidade Social**. São Paulo: Apostila da FGV/SP: EC-MACRO-L-9, 1972.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. São Paulo, 2008.

PINHEIRO, J. L.. **Influência do pib per capita, índice de gini e índice de vulnerabilidade social na concessão de bolsa família para municípios catarinenses – análise de 2010**. Florianópolis: Universidade Federal De Santa Catarina Centro Sócio-econômico Departamento De Economia E Relações, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/167557/Monografia%20da%20Juliana%20Pinheiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 29 de jan. 2021.

QUEIROZ, J.M.d. **Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate**. Rio de Janeiro: Cadernos do Desenvolvimento, 2011.

SEABRA, Fernando. **Contabilidade Social**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Ciências Econômicas, 2014.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento. **Valor Bruto da produção rural Paranaense 2015**. Governo do Estado do Paraná, 2015.

SIDRA, **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em 02 mar. 2022.

SOUSA, Rafaela. **"O que é PIB?"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-pib.htm>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.

SOUZA, D. S. P.; AMORIM, W. A. d. **A importância da contabilidade social sob o enfoque empresarial no século VII – Encontro de Ciências Contábeis e Administração da AJES – ECCAJES, 2014**. Disponível em: <http://www.webajes.com.br/ecca>. Acesso em 02 mar. 2022.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Fundamentos da economia**. 5° ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

VIEIRA FILHO, Jose E. R. SILVEIRA, Jose M. F. J. da. **Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado**. Rev. Econ. Sociol. Rural vol.50 no.4 Brasília Oct./Dec. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 26 abr 2021.

ZANCHET, Maria Salete. **Características das Ocupações na Agropecuária Paranaense**. Primeira versão, N° 7 - Curitiba: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES), 2008.

CONTABILIDADE SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ COM MAIOR VALOR ADICIONADO BRUTO NO SETOR PRIMÁRIO

Ao longo dos anos, o Paraná passou por diversas mudanças estruturais na cadeia produtiva, repercutindo efeitos na dinâmica social, econômica e espacial dos municípios. Dentre estas mudanças, destacam-se a modernização do agronegócio, expansão de unidades agroindustriais e a implementação de inovação tecnológica em vários segmentos – a exemplo da agricultura, agropecuária, saúde, educação, garantindo bom desempenho. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo verificar se existe alguma relação entre os resultados da contabilidade social e variáveis de desenvolvimento dos municípios do Paraná que apresentam maior Valor Adicionado Bruto no setor primário, considerando os resultados de 2018. Este recorte analítico resultou em 33 municípios incorporados na pesquisa. A pesquisa se vale de uma abordagem quali e quantitativa, com a utilização de dados do Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado (VA) municipal e do Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM), para o período de 2010 a 2018, procurando desagregar as análises para os extratos de desenvolvimento nos aspectos de educação, saúde, renda, produção e emprego. Os resultados indicam a representatividade da participação percentual dos municípios analisados na composição do PIB do Paraná. Reitera-se o crescimento do valor da produção agropecuária e a importância deste setor para a economia paranaense.

Autores

Home Editora
CNPJ: 39.242.488/0002-80
www.homeeditora.com
contato@homeeditora.com
91988165332
Tv. Quintino Bocaiúva, 23011 - Batista
Campos, Belém - PA, 66045-315

